

FACTO

Jul-Set 2012 • número 34 • ano VI

**ABIFINA**

A DIFÍCIL RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

14



VITÓRIA DAS PDPS

16



PAULO GADELHA

22



JULIO CESAR GOMES

NORTEC QUÍMICA



Há 30 anos produzindo Moléculas Ativas para a Indústria Farmacêutica e para os Sistemas de Saúde

Tudo começou com a determinação de garantir à População Brasileira medicamentos de qualidade com Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) 100% nacionais. O caminho foi o de unir o conhecimento dos principais centros de pesquisas nacionais à experiência da indústria química brasileira. Assim nasceu a Nortec Química.

Em nossa primeira planta, no estado do Rio de Janeiro, atividades de Pesquisa & Desenvolvimento se transformaram em Tecnologias Industriais, graças ao primeiro Acordo de Cooperação Tecnológica firmado com Farmanguinhos/Fiocruz. Passamos a fabricar Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) destinados a medicamentos prioritários para o Sistema de Saúde Pública.

Esse compromisso nos levou a sermos, atualmente, o único produtor no mundo de benznidazol, para tratamento da Doença de Chagas. Levamos ainda o título de maior produtor de antirretrovirais do Ocidente. Também nos destacamos como principal empregador, no nosso setor químico-industrial, de mão de obra qualificada, com 40% do total de colaboradores da Empresa com curso superior.

Passados 30 anos, a Nortec Química contabiliza o desenvolvimento e fabricação de mais de 50 IFAs, todos com tecnologia própria. A qualidade nos tornou conhecidos no mundo e hoje abastecemos 250 laboratórios farmacêuticos no Brasil e no exterior.

Nossa história de sucesso inspira novos sonhos. Por isso, em 2013 vamos finalizar a duplicação das atuais unidades de síntese; e, instalar a planta para Drogas de Alta Potência, investindo cada vez mais em Pesquisa & Desenvolvimento. Criaremos, com isso, mais de 300 empregos diretos e mais saúde para o Brasil.

A Nortec Química agradece e dedica este Momento Histórico a todos que nos têm ajudado a construir nossa História de Vida.

//Corpo Dirigente

▼ Conselho Administrativo

Presidente: Ogarí Pacheco

1º Vice-Presidente: Nelson Brasil

Vice-Presidente Planejamento: Marcos Oliveira

Vice-Presidente Farmacêutico: Dante Alario

Vice-Presidente Farmacêutico: Peter Andersen

Vice-Presidente Farmoquímico: Jean Peter

Vice-Presidente Farmoquímico: Nicolau Lages

Vice-Presidente Agroquímico: Luis Henrique Rahmeier

Vice-Presidente Cadeia Química: Lélío Maçaira

Diretores:

Relações Institucionais: Odilon Costa

Assuntos Parlamentares: Josimar Henrique

Propriedade Intelectual: Reinaldo Guimarães

Assuntos Regulatórios Farmo: Ricardo Marques

Assuntos Regulatórios Agro: João Alegro

Estudos da Biodiversidade: Vânia Rudge

Conselheiros Gerais:

Antonio Werneck | Artur Couto | Hayne Felipe

José Loureiro Cardoso | Rodrigo Pinto | Sergio Frangioni

Conselho Fiscal:

Fábio Marcelo de Souza | Mario França | Tarciso Bonachela

▼ Conselho Consultivo

Akira Homma

Alberto Ramy Mansur

Alcebíades Athayde

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Fernando Sandroni

Gabriela Mallmann

Jurandir Paccini

Paulo Cezar Aquino

Pedro Wongschowski

Poliana Silva

Telma Salles

Vinzenz Plorer

//Expediente

▼ Coordenação Geral

Claudia Craveiro • claudia@abifina.org.br

▼ Colaboradores

Reportagens (Capa e ABIFINA Comenta): Inês Accioly

Jornalista: Natalia Calandrini

Assistentes: Ana Luiza Rigueto e Lucielen Menezes

Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação

21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro

CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ

Central Telefônica: Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413

www.abifina.org.br

08

Matéria Política

A difícil retomada do desenvolvimento industrial



16

Entrevista

Paulo Gadelha

14

Especial

Vitória das PDPs: lei regulamenta construção de parcerias



22

Entrevista

Julio Cesar Gomes de Almeida

//Sumário

Matéria Política

A difícil retomada do desenvolvimento industrial 08

Entrevista

Paulo Gadelha 16

Entrevista

Julio Cesar Gomes de Almeida 22

//Seções

Editorial 04

Saiu na Imprensa 26

Painel do Associado 28

ABIFINA em Ação 30

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, EIS O CAMINHO A SEGUIR

Nelson Brasil • Marcos Oliveira | Vice-Presidentes da Abifina



Uma das questões mais debatidas entre economistas e cientistas políticos é o papel que o Estado deve exercer na economia. Economistas liberais defendem um mínimo de intervenção estatal para que as leis de mercado possam atuar eficientemente, enquanto que os desenvolvimentistas sustentam que a teoria do equilíbrio geral do mercado é um constructo teórico elegante, mas incapaz de funcionar adequadamente na esfera real, o que torna a intervenção do Estado essencial, argumento este que a história econômica do mundo comprova fartamente, inclusive com o desenrolar da crise sistêmica que vivemos desde 2008.

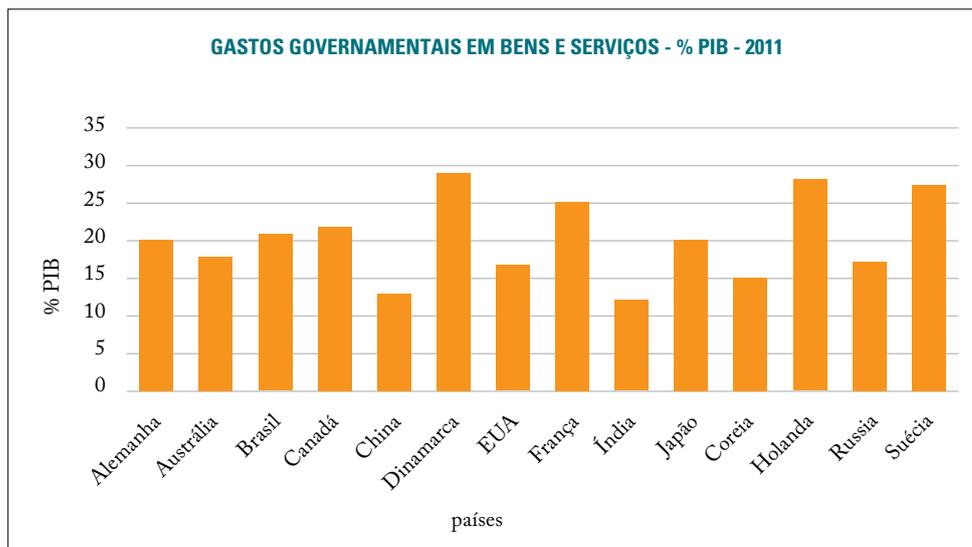
De forma geral, é aceito que o governo desempenhe três funções: a primeira é de fornecer bens e serviços públicos – segurança, justiça, educação, saúde, infraestrutura básica, etc. A segunda é de procurar estabelecer um padrão mínimo de equidade na distribuição social da riqueza e nas oportunidades de crescimento individual. A terceira, finalmente, de fazer uso de políticas monetária e fiscal para alcançar a estabilidade dos preços, baixos níveis de desemprego e crescimento econômico satisfatório. As divergências se acentuam quando se trata de delimitar a extensão e a profundidade da atuação governamental nessas três esferas.

Uma análise da história econômica certamente mostrará que todos os países usam e usaram, em maior ou menor medida, o poder do Estado para intervir em suas economias. Mesmo os Estados Unidos, defensores acirrados dos princípios da liberdade dos mercados, oferecem exemplos marcantes de intervenção do Estado na economia, inclusive com objetivos de política industrial. Os EUA dependem bastante das ações do governo nos avanços da ciência e da tecnologia, frequentemente apoiando suas indústrias nascentes e, não raro, protegendo seu parque produtivo da concorrência

internacional, o que é claramente visível no agronegócio americano.

Os países da Europa, criadores do *welfare state* não ficam atrás e os exemplos pululam, das parcerias entre empresas e governo na Suécia e Finlândia, até o deslavado protecionismo europeu à sua produção agrícola e indústrias correlatas. A análise do processo de desenvolvimento de países do Leste Asiático, Japão, Coreia do Sul e, mais recentemente, da China, mostram com clareza o papel determinante do Estado na condução de uma política exitosa de desenvolvimento econômico e social. Embora o desenvolvimento japonês da segunda metade do século passado tenha sido executado sob a liderança de empresas privadas, o papel preponderante das parcerias dessas empresas com o Estado foi reconhecido pelo apelido popular de “Japan Inc”. As parcerias entre o Estado e as empresas privadas também estiveram presentes no espetacular desenvolvimento econômico da Coreia do Sul. A intervenção governamental na economia chinesa é bastante ampla, a começar pelo controle do seu sistema bancário, mas também é visível o suporte governamental ao desenvolvimento das empresas chinesas buscando encontrar um equilíbrio na parceria entre Estado e iniciativa privada. Vale dizer ainda que os países, na Europa e na Ásia, que exageraram no intervencionismo estatal no setor produtivo colheram um rotundo fracasso e aqueles que, bem ao contrário, subestimaram a importância da intervenção estatal estão por aí gerando crise após crise.

Uma das formas clássicas de intervenção do Estado na economia com propósitos de desenvolvimento é o uso do seu poder de compra. Para cumprir a sua função de provedor de bens e serviços públicos, o Estado é um grande comprador e a orientação que imprimir às suas aquisições pode ter um papel relevante de incentivo ao desenvolvimento tecnol-



Fonte: Banco Mundial

lógico e industrial. A importância econômica do Estado como comprador pode ser visualizada se compararmos o volume total de suas compras de bens e serviços com o PIB. Os dados compilados no gráfico acima foram obtidos do Banco Mundial e mostram os gastos governamentais como porcentagem do PIB, em 2011, para um grupo selecionado de países.

Dada a multiplicidade de necessidades a que o Governo tem que atender como provedor de bens e serviços públicos, a eficiência das compras como elemento de política industrial dependerá de um planejamento de longo prazo e foco em setores que tenham efeito multiplicador, não só na esfera da economia como também na esfera social. Um bom exemplo de um setor que atende a essas características, no Brasil, é o setor da saúde, que, pela Constituição Federal de 1988, consagrou o princípio de constituir a saúde um direito universal, a ser assegurado mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco à doença e propiciem o acesso universal à saúde.

Ao criar o Sistema Único de Saúde (SUS) com atribuição de conduzir tais tarefas, a Constituição Federal estabeleceu também caber ao SUS participar da produção de medicamentos, equipamentos médico-hospitalares, produtos imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos, bem como incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde.

Desde o início de suas atividades, o SUS constituiu-se em um modelo mundialmente admirado no que diz respeito à disponibilização de medicamentos e à prestação de serviços essenciais para a manuten-

ção da saúde da população em todo o território nacional, porém o mesmo não ocorreu nas áreas de desenvolvimento tecnológico e na fabricação de produtos como preconizado pela Constituição Federal, a despeito da notável exceção a essa regra constatada nos institutos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro.

Tal dissonância ocorreu porque, para o exercício de tão variadas finalidades, deveriam ser carreados elevados recursos orçamentários provenientes de um erário público já severamente comprometido com outras também nobres aplicações, além de requerer uma agilidade incomum para o ente público - eficiente gestão administrativa e financeira para evitar desperdícios e aproveitar capacidades produtivas e tecnológicas existentes.

Uma eficiente gestão pública em um sistema complexo como o SUS - que busca adquirir produtos modernos a preços reduzidos e ainda desenvolver tecnologias - resulta, inevitavelmente, na necessidade de centralizar atividades de planejamento e, ao mesmo tempo, promover a participação dos laboratórios oficiais em parcerias estratégicas com empresas privadas para desenvolver tecnologias e fabricar produtos destinados a atender às necessidades do SUS.

A lógica nessa leitura constitucional - que há muito tempo já deveria ter sido regulada por normas administrativas - somente surgiu a partir de 2008, quando foi instituído no âmbito do SUS, pela Portaria nº 374, o Programa Nacional de Fomento à Produção Pública e Inovação no Complexo Industrial da Saúde. Essa Portaria deu início à implantação da Política Nacional de Ciên-

cia, Tecnologia e Inovação em Saúde - que fora aprovada em junho de 2004, quando foi estabelecido que o Estado deveria ter um papel destacado na promoção e regulação do complexo produtivo da saúde via ações convergentes para apoio à sua competitividade, através do financiamento, do incentivo à P&D nas empresas, do uso da política estatal de compras, da defesa da propriedade intelectual, do incentivo às parcerias e dos investimentos em infraestrutura.

A partir da Portaria nº 374, outras Portarias surgiram, detalhando o marco legal dessa política pública, como seja, o Decreto que criou o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis), a Portaria nº 978, que estabeleceu a lista de produtos estratégicos para o SUS; a Portaria nº 128, que definiu as diretrizes para a contratação da fabricação de produtos para a área da saúde e a Portaria nº 3.031, que estabeleceu os critérios a serem considerados pelos laboratórios oficiais de produção de medicamentos em suas licitações para aquisição de matéria-prima. E, pelo seu relevante significado, cabe destacar a aprovação da Lei nº 12.349, em 15 de dezembro de 2010, que introduziu alterações na Lei de Licitações para incluir dentre seus objetivos a promoção do desenvolvimento nacional sustentável em áreas estratégicas, para tanto admitindo a utilização de margens de preferências nas licitações públicas destinadas às aquisições de produtos manufaturados no País - que no caso da área da saúde foi regulamentada pelo Decreto nº 7.713, de 3 de abril de 2012. Finalmente, através do projeto de conversão da MP 563, aprovado em 7 de março de 2012, a Lei de Licitações foi novamente alterada, desta vez para dispensar de licitações as aquisições de bens produzidos ou os serviços contratados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

O crescimento e o envelhecimento da população, o aumento da renda per capita e os avanços tecnológicos na área da saúde resultam em maior demanda por produtos nessa área e, em decorrência, têm aumentado o déficit comercial desse setor industrial, que hoje se situa no patamar de US\$10 bilhões/ano.

A reversão desse perverso cenário econômico deverá ser alcançada através de uma estratégia para o desenvolvimento produtivo e tecnológico do Complexo Industrial da Saúde lançada pelo Governo

federal através de três eixos: fortalecimento da política industrial, fortalecimento do parque produtivo e uso do poder de compra do Estado.

A efetiva implantação dessa política pública, que já vem ocorrendo na forma do marco legal mencionado, apresenta marcantes resultados expressos pela formalização de 32 parcerias público-privadas dedicadas à fabricação de 34 produtos alvos para o combate a nove doenças, representando compras que correspondem a, pelo menos, R\$ 3,5 bilhões do total de R\$ 12 bilhões de gastos com medicamentos em 2011, com tendência futura crescente face às mudanças demográficas, econômicas e sociais na área da saúde pública. Essas compras respondem por cerca de 20% do déficit de comércio externo do Complexo Industrial da Saúde - que atualmente se situa em US\$ 10 bilhões, valor dobrado nos últimos cinco anos em virtude de sua dependência tecnológica e das condições competitivas fortemente adversas encontradas no mercado mundial. Prevê-se com a execução desse programa um impacto favorável de R\$ 127,2 milhões no PIB e uma arrecadação tributária adicional de R\$ 31,8 milhões, além de forte geração de empregos.

O programa que se encontra em fase de implantação prevê investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão entre 2012 e 2015 nos laboratórios oficiais e, por certo, resultará em expressivos benefícios ao País pela maior eficiência na regulação do mercado, melhor atendimento aos objetivos prioritários da saúde e regionalização dessa produção. Assim sendo, esse programa governamental, apoiado nas estratégicas parcerias público-privadas viabilizadas pelo marco regulatório vigente, deverá resultar para a área da saúde pública na modernização produtiva e gerencial dos laboratórios oficiais - utilização complementar de suas capacidades produtivas, na fabricação local e no desenvolvimento tecnológico de fármacos e medicamentos qualificados para o SUS, bem como e com destaque, no desenvolvimento de uma infraestrutura local público-privada dedicada à inovação tecnológica e à fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos estratégicos para a população brasileira.

Esses fatos servem para ilustrar que a melhor receita para o desenvolvimento econômico e social do País reside no estabelecimento de firmes parcerias entre o ente público e os agentes privados visando à inovação tecnológica e à fabricação local de produtos estratégicos para o País.



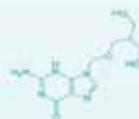


Uma empresa 100% nacional, dedicada à produção de princípios ativos e medicamentos farmacêuticos

CYG Biotech is a Brazilian company dedicated to the production of active pharmaceutical ingredients and pharmaceutical drugs. Established in 2010 by partners with extensive experience in the chemical and pharmaceutical fields. In addition to medications, product synthesis, laboratories, pilot plant, we also provide services to other industries of the branch always offering pharmaceutical solutions that provide improved quality of life.

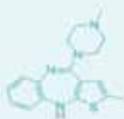
CYG Biotech é uma empresa brasileira de capital 100% nacional, dedicada à produção de princípios ativos e medicamentos farmacêuticos. Criada em 2010 por sócios com uma vasta experiência no mercado químico farmacêutico, a empresa além de medicamentos, síntese de produtos, laboratórios, planta piloto, presta serviços a outras indústrias do ramo sempre oferecendo soluções farmacêuticas que proporcionem melhoria da qualidade de vida às pessoas.

Didanosine
Didanosina



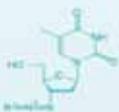
Ganciclovir
Ganciclovir

Clozapine
Clozapina

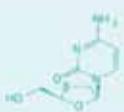


Olanzapine
Olanzapina

Zidovudine
Zidovudina



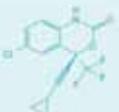
Lamivudine
Lamivudina



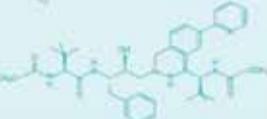
Lithium Chloride
Cloreto de Lítio

Lithium Carbonate
Carbonato de Lítio

Efavirenz
Efavirenz



Atazanavir
Atazanavir



www.cygbiotech.com.br



MATÉRIA DE CAPA

A DIFÍCIL RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Nos últimos meses, diante do agravamento da crise mundial, o Governo brasileiro fez acertadas intervenções em sua política macroeconômica para melhorar a competitividade da produção industrial e das exportações. Uma modesta desvalorização do Real, aliada à redução da taxa de juros, são medidas que ajudam a indústria a recuperar parte do fôlego perdido em mais de uma década de concorrência desigual com países extremamente agressivos em suas práticas comerciais, o que resultou em déficits crescentes na balança comercial brasileira. O setor químico tem sido um dos principais responsáveis pelo aumento desse déficit, evidenciando que a produção interna não tem acompanhado, nem em quantidade nem em qualidade, a demanda interna por seus produtos. Em 2011, o déficit comercial em produtos químicos atingiu o recorde histórico de US\$ 26,5 bilhões, superando em 28,3% o déficit de 2010.

Um segmento específico da química fina – o de fármacos e medicamentos – tem sido alvo da atenção do poder público, pela sua importância estratégica para o bem-estar social. O Governo viabilizou, com recursos do BNDES, a criação de dois grupos empresariais na área de medicamentos biológicos, e agora mobiliza seu poder de compra para favorecer a produção nacional de fármacos. Mas ao mesmo tempo em que a indústria farmacêutica nacional cresce, crescem também as pressões para derrubá-la. Laboratórios estrangeiros que não demonstram interesse em fabricar produtos no Brasil procuram desacreditar políticas públicas que busquem o princípio da preferência para o produto nacional, embora em seus respectivos países de origem tenham contado exatamente com esse tipo de proteção para alcançar o poder econômico que detêm hoje. Nesta reportagem, analistas econômicos, especialistas e empresários dos setores químico e farmacêutico avaliam a ação do Governo e os desafios suscitados pela conjuntura mundial, e sugerem medidas que possibilitem a recuperação sustentada da indústria brasileira.

MACROECONOMIA E INDÚSTRIA

Não há consenso sobre o termo “desindustrialização” para definir o que ocorre hoje com a economia brasileira, mas os especialistas entrevistados concordam na avaliação de que há uma perda de conteúdo tecnológico e de valor agregado na produção industrial brasileira.

O ex-ministro e professor de economia Delfim Netto entende que “está havendo, seguramente, uma redução da sofisticação da indústria brasileira. Isto é parte de um processo que está ocorrendo no mundo e que nós não sabemos enfrentar. Na verdade, o Estado submeteu a indústria brasileira às situações econômicas mais adversas e tirou dela todas as condições isonômicas. A indústria brasileira tem sido desde 1984/85 uma vítima da ação do Governo”.

A importância do desequilíbrio cambial, na opinião de Delfim, não deve ser subestimada. “Tivemos um câmbio sobrevalorizado durante muito tempo. Na verdade, quando se tem uma taxa de juros interna muito superior à externa, o câmbio não é mais um preço relativo. Ele passa a ser um ativo financeiro sobre o qual se especula permanentemente”. Quando se tem movimento de capitais, o que faz uma enorme diferença na taxa de juros – explica o professor –, o câmbio passa a ser um instrumento de especulação.

A dimensão do mercado cambial é gigantesca. Delfim assinala que há no mundo, hoje, quase dez mil fundos que operam câmbio, movimentando por dia quase US\$ 2 trilhões, metade do PIB brasileiro. “São milhares de operadores, distribuídos no mundo inteiro, com algoritmos que operam em um milésimo de segundo procurando diferenças na terceira casa decimal. O câmbio não tem nenhuma vinculação com a realidade parca do País. Ele está desligado do mundo real. É simplesmente objeto de especulação financeira. É um instrumento para compor os portfólios dos fundos que operam câmbio. Então, permitiu-se que isso acontecesse durante muitos anos. Eu sempre brinco dizendo que o Brasil foi durante muitos anos, e continua sendo ainda em certa medida, o último peru com farofa disponível na mesa dos especuladores internacionais fora do Dia de Ação de Graças”.

A política de juros também concorreu fortemente para o quadro de degradação da indústria, afirma o ex-ministro. “O País foi vítima, durante todos esses anos, da taxa de juros espantosa que produz o aumento dramático do custo do capital e que, portanto, é mais um fator contra a indústria nacional. Não há nada mais importante do que isto que está sendo feito agora no Governo Dilma, que é tentar fazer a taxa de juro real convergir para o nível internacional”.

O acúmulo de entraves macroeconômicos, segundo Delfim, produziu um estrago difícil de reverter. “Temos o custo do capital elevadíssimo, um tipo de entendimento tributário equivocados, e finalmente a maior carga tributária do mundo. Se pusermos um brasileiro e um chinês na pista para correr, em cima do brasileiro haverá 36 quilos de imposto e em cima do chinês só 17. Em cima do brasileiro pesam também 20% de supervalorização cambial, o que já soma 56 quilos, e de cima do chinês se tira 20% de desvalorização cambial, o que resulta em 3 quilos negativos. De-

pois se acrescenta 3% de juro real sobre o brasileiro, o que dá 78 quilos. O juro chinês é de 2% e ele não paga, o que quer dizer que o chinês na verdade está flutuando. Não há nenhuma razoabilidade nesse processo de competição. O Brasil se enganou durante todo esse tempo e não tomou as providências que deveria tomar. Agora nós estamos começando a enfrentar esses problemas todos, só que o efeito do câmbio é lento. A sobrevalorização durou tanto tempo que produziu desastres muito difíceis de serem recuperados, a não ser com programas de apoio à indústria”.

O que fazer diante desse quadro ameaçador? Segundo Delfim, “o Brasil tem a produção industrial toda fragmentada, então é necessário estabelecer plataformas que são ao mesmo tempo exportadoras e importadoras. O Brasil tem um mercado interno que possivelmente permite, na maioria dos casos, uma indústria que opere em nível bastante razoável de custos. Mas toda indústria precisa de um pouco de exportação. Há que estudar esse mecanismo de como se integrar ao mundo, pois não é o fechamento que vai promover a fortaleza da indústria, e sim a inclusão nos setores onde seguramente temos capacidade produtiva, técnicas, recursos, matéria-prima”.

O modelo deve ser um pouco mais aberto do que foi no passado, na opinião do ex-ministro, mas a sua completa inversão, como ocorreu nas últimas décadas, é extremamente prejudicial à indústria. Nos anos 1970 e na primeira metade dos 80, “protegia-se tarifariamente o produto final e se aumentava a competição na matéria-prima. O aço e o gás tinham preço parecido com o externo. O que o Governo fez nos últimos 25 anos é o oposto: reduziu a proteção ao produto final e aumentou os insumos básicos. Quem destruiu a capacidade competitiva da indústria brasileira foi a política econômica mal formada por uma falsa teoria”.

O presidente da Abiquim, Henri Slezzynger, ilustra essa questão no contexto das indústrias químicas, cujo problema central é a baixa competitividade da matéria-prima nacional diante da importada, e petroquímica, em que a matéria-prima tem um peso enorme no custo final dos produtos, em fun-

**“O ESTADO SUBMETEU A
INDÚSTRIA BRASILEIRA
ÀS SITUAÇÕES
ECONÔMICAS MAIS
ADVERSAS E TIROU DELA
TODAS AS CONDIÇÕES
ISONÔMICAS”**

DELFIN NETTO

ção do baixo valor agregado. Ele acredita que o recente desenvolvimento da tecnologia de exploração do gás de xisto possa pressionar para baixo o preço internacional dos combustíveis fósseis, agravando ainda mais as dificuldades da indústria instalada no Brasil.

“O gás convencional, encontrado em reservatórios subterrâneos, se exauriu em boa parte dos EUA e eles deixaram de ser competitivos porque passaram a ter que usar a nafta”, explica Slezzynger. Em decorrência disto, e também do encarecimento do custo do petróleo, a indústria petroquímica norte-americana perdeu competitividade. Porém, com o desenvolvimento da técnica de exploração do gás de xisto e a descoberta em seu território de reservas muito extensas desse gás, os EUA planejam substituir suas importações de gás, o que já está forçando um declínio enorme no preço. “No Brasil, o preço do gás é ligado ao do petróleo”, assinala o presidente da Abiquim. “Aqui o gás está custando o equivalente a pouco mais de US\$ 80 por barril, enquanto nos EUA está na faixa de US\$ 14 a 20. Assim não há concorrência possível. E como a política brasileira de gás está insensível a essa questão, não há como fazer investimentos no Brasil, e realmente em pouco tempo a nossa petroquímica vai perder completamente a competitividade”.

O economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), tem em comum com Delfim Netto a convicção de que a perda de competitividade da indústria brasileira se deve, em última instância, à combinação câmbio-juros, e propõe que o problema seja atacado de forma mais direta. No seu entender, não adiantaria inflar a demanda agregada para estimular a indústria, “até porque, com a taxa de câmbio atual, ocorreria o vazamento dessa demanda em forma de pressão por importações. Os juros já baixaram um pouco, mas o câmbio ainda está sobrevalorizado em cerca de 25%, o que precisa ser corrigido”.

Oreiro explica que a desvalorização cambial gera maior pressão inflacionária num contexto de crescimento acelerado, trazendo inconvenientes como, por exemplo, a exigência de aumento da meta de superávit primário do Governo para tentar contrabalançar o efeito inflacionário sem produzir aumento significativo da taxa de juros. Porém, no cenário atual o efeito seria outro. “Neste momento a economia brasileira está aquecida, mas as perspectivas para 2012 são de crescimento menor do que 2%. Este é o momento adequado para dar um choque de câmbio que tenha relativamente baixo impacto inflacionário”.

Além do câmbio, o professor da UnB considera indispensável mudar a composição dos gastos do Governo em direção aos investimentos e combinar o aumento de investimentos com uma política industrial que favoreça a produção local – por exemplo, concedendo efetiva preferência nas compras governamentais aos bens produzidos no País.

Para o professor David Kupfer, do Instituto de Economia da UFRJ, a indústria brasileira sempre foi deficiente em áreas centrais em seu conteúdo tecnológico, o que o leva a discordar do diagnóstico da desindustrialização. “Não posso dizer que há desindustrialização no setor de química fina porque ele nunca se industrializou plenamente. As importações estão altas, mas sempre foram. Neste momento de condições competitivas complicadas, por problemas específicos da indústria e da competição internacional, o quadro se agrava. A indústria passando por essa dificuldade por um período longo e suas bases se erodindo, aí sim a desindustrialização pode ter lugar”.

Kupfer considera, na mesma linha de pensamento de José Luis Oreiro, que “historicamente as políticas dinamizadas de demanda nunca foram capazes de atacar o problema do crescimento”, mas, ao contrário do professor da UnB, considera válido lançar mão desse tipo de mecanismo no



atual momento de reversão cíclica da economia global. “Isto envolve reduzir impostos para gerar mais consumo e investir na capacidade produtiva”. Envolve também as mudanças que já estão sendo feitas pelo Governo nas áreas de juros e câmbio, que, em sua opinião, devem levar pelo menos um ano para produzir efeitos, mas farão diferença como fatores de estímulo à demanda agregada da indústria.

MARCO REGULATÓRIO E INOVAÇÃO

O motor virtual do desenvolvimento industrial de um País é o conjunto de políticas públicas adotadas para elevar a competitividade da indústria. No Brasil, esse motor está falhando. De modo geral, o marco regulatório ainda favorece as importações em detrimento de produtos fabricados no Brasil e os mecanismos de apoio à inovação tecnológica têm se mostrado pouco eficazes.

Antes mesmo de o tema da desindustrialização entrar na agenda do Governo, a Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec) já alertava para o agravamento do déficit tecnológico na balança de pagamentos do País. Segundo seu diretor Roberto Nicolsky, além das conhecidas causas macroeconômicas da perda de competitividade da indústria nacional há outra igualmente relevante: “é a falta de um fomento real no Brasil para o desenvolvimento e agregação de inovações tecnológicas frente a fabricantes orientais, como China e Índia, notadamente nos componentes. Disso resulta um contínuo processo de substituição de componentes até se reduzir a produção à simples montagem de produtos finais para preservar as marcas, o que provoca uma degradação contínua das cadeias produtivas e a elevação do déficit tecnológico. Esse esvaziamento tecnológico tem consequências gravíssimas para o futuro, pois se persistirmos nessa rota chegaremos à perda quase total das tecnologias mais elaboradas, restringindo nossa economia às transformações mais imediatas de matérias-primas, mesmo que amanhã se desvalorize o Real e se corrijam as distorções do Custo Brasil”.

Um exemplo bem claro desse fenômeno de degradação tecnológica é a indústria química. Segundo Adelaide Antunes, professora da Escola de Química da UFRJ e especialista do INPI, “a engenharia química migrou da petroquímica para o petróleo. A indústria de petróleo tem sido a principal demandante dos empregos, e não a indústria química propriamente dita”. As iniciativas governamentais de fomento à inovação que têm como objetivo ampliar a quantidade de doutores nas indústrias têm se revelado pouco eficazes. Segundo a professora, “os gestores envolvidos com inovação são profissionais que estão no mercado há mais tempo, ainda que tenham buscado o doutorado como complemento. Não vejo a demanda por doutores aumentar no mercado de trabalho em função dos programas de inovação. Eles oferecem bolsas, mas como não é um valor atrativo o doutor prefere entrar num concurso público que valorize o doutorado a ganhar uma bolsa desses programas de inovação do Governo”.

Em setores industriais sujeitos ao registro obrigatório de produtos, como a química fina, a inovação enfrenta ainda outros problemas. Segundo Marcos Oliveira, vice-presidente de Planejamento da ABIFINA, “uma das mais importantes questões que os países retardatários têm que enfrentar na busca de seu desenvolvimento é a do marco regulatório, isto é, que nível de regulação estabelecer para as atividades relacionadas com a evolução de sua capacidade de inovar e oferecer serviços e produtos de maior conteúdo tecnológico. O economista e professor sul-coreano Ha Joon Chang argumenta, com propriedade, que os países hoje desenvolvidos não enfrentaram em suas fases iniciais de desenvolvimento a parafernália de regulações que hoje cercam as atividades de inovação e de produção industrial, em seu sentido mais amplo. Por isso mesmo países de desenvolvimento mais recente, como Coreia do Sul, Índia e China, tiveram extremo cuidado em avançar paulatinamente nesta questão”.

Não se trata, explica o vice-presidente da ABIFINA, de regredir e desprezar todos os avanços obtidos na administração das atividades inovadoras, mas sim de estabelecer um marco regulatório compatível com o nível de desenvolvimento a ser alcançado. “Tome-se o caso da regulação do acesso à biodiversidade e ao patrimônio genético no Brasil, por exemplo. A despeito da abundância da biodiversidade brasileira e do uso secular de plantas na medicina popular tradicional, a indústria nacional de fitoterápicos ainda precisa recorrer à importação de espécies, xaropes, concentrados etc, em função de uma regulação burocrática e contraditória. O resultado é que nosso conhecimento não avança, não aproveitamos o que a natureza generosamente nos ofertou, nossa indústria tem o seu desenvolvimento tolhido e a balança comercial do setor segue se deteriorando”.

Outro aspecto altamente relevante na relação do marco regulatório com o desenvolvimento, afirma Oliveira, é o sistema de patentes, bem como a atuação do seu instituto regulador. “A questão da importância do sistema de patentes para o desenvolvimento é uma controvérsia que se arrasta há quase dois séculos. Uma das justificativas mais frequentes para a existência do sistema é a da vinculação da patente à divulgação de informação relativa à invenção. Argumenta-se que, inexistindo o sistema, o inventor tenderia a manter seu invento em segredo, privando assim a sociedade de um conhecimento que lhe poderia ser útil. A concessão de patentes se justificaria, portanto, pela difusão da informação relativa às invenções, e esta divulgação seria um estímulo eficaz para novas invenções, estabelecendo um círculo virtuoso de desenvolvimento”.

Da aceitação de tal argumento, conclui o vice-presidente da ABIFINA, decorre que uma das principais funções do órgão administrador do sistema é zelar pela clareza e precisão na descrição do objeto da proteção e pela ampla e tempestiva difusão das informações relacionadas às patentes, seu escopo, vigência etc. Ele lembra que a divulgação completa e clara da invenção é disposição de Trips (Art. 29.1) e da lei brasileira (nº 9.279, art.24). “A difusão das informações relativas a patentes não é tarefa trivial, mas é mandatória e imprescindível”.

“OS RESPONSÁVEIS PELOS RUMOS DO PAÍS DEVEM USAR O PODER DE COMPRA DO ESTADO EFETIVAMENTE EM PROL DO ESTADO”

OGARI PACHECO

No Brasil, segundo a OMPI, foram depositados cerca de 22 mil pedidos de patentes em 2010, o que coloca o País no 11º lugar na relação dos países que mais receberam depósitos, à frente do Reino Unido e da França, mas atrás de China, Rússia e Índia. “Não temos estimativas seguras a respeito da ordem de grandeza do estoque de patentes em vigor no Brasil. Aliás, temos muito pouca segurança nas informações sobre as patentes concedidas aqui. O sistema de difusão de informações do INPI apresenta grandes imperfeições e este é um sério problema para quem quer inovar no Brasil. A exigência de descrição clara e precisa da invenção perde sentido se os documentos não estiverem facilmente disponíveis para o público. Resumos mal feitos antes escondem do que revelam o escopo da invenção; longos tempos de análise trazem incerteza sobre o que efetivamente será protegido; ausência de informação sobre a vigência das patentes pode conduzir a erros sérios de avaliação em oportunidades de investimento”.

Reinaldo Guimarães, diretor de Propriedade Intelectual da ABIFINA, acredita que o ambiente adverso à inovação no Brasil, particularmente no setor farmacêutico, decorre também da atual fase de transição entre as rotas convencionais de síntese química e a biotecnologia. “Em nível global, e a despeito de sua histórica lucratividade, a indústria farmacêutica vive uma crise importante desde a última década do século passado. Seu principal indicador (e determinante) é a diminuição do número de registros de moléculas realmente inovadoras nos principais mercados”.

A resposta a essa situação de desconforto tem se orientado, segundo Guimarães, em quatro direções principais. “A primeira é a onda de fusões e aquisições de empresas, cujo objetivo mais importante é a concentração e o adensamento dos *pipelines*. A segunda é a tendência de refreamento da verticalização nos processos de desenvolvimento e produção, com crescente terceirização, visando ao compartilhamento de riscos. A terceira é uma mudança de atitude em relação a medicamentos genéricos, que vêm sendo crescentemente incluídos nos portfólios da indústria que se autodenomina ‘de pesquisa’. E a quarta direção é o que se poderia chamar de radicalização nas estratégias comerciais, cujas práticas atingem as fronteiras da ética e mesmo da legalidade, o que atestam os recentes acordos celebrados entre farmacêuticas de grande prestígio e a Justiça norte-americana”.

No que se refere ao Brasil, explica o diretor da ABIFINA,

essa radicalização “procura tensionar o arcabouço jurídico da proteção à propriedade intelectual, supostamente harmonizado pelos acordos Trips de 1994 e pela sua complementação de 2001, que instituiu devidas flexibilidades para garantias no âmbito da saúde pública. Em paralelo às estarecedoras concessões antinacionais feitas pela Lei de Propriedade Intelectual brasileira de 1996, e às notórias insuficiências operacionais do INPI, esse movimento vem se expressando por crescente litigância jurídica em torno ao que se poderia denominar de uma ‘normatização Trips-Plus caso a caso’. As demandas judiciais mais frequentes correm nos trilhos de estratégias de *evergreening* de patentes e, mais recentemente, de reivindicações relativas à proteção de dados de ensaios clínicos. Felizmente, a justiça brasileira vem decidindo de forma cada vez mais esclarecida a essas demandas, graças ao maior preparo dos magistrados nesse campo específico, em parte estimulado por organizações representativas da indústria, como a ABIFINA, e da própria Justiça, como a Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro”.

Entre as oportunidades que se abrem para a indústria farmacêutica nacional, destaca-se a crescente participação dos produtos biológicos no mercado brasileiro. Guimarães observa que, “numa perspectiva pró-cíclica, as políticas do Ministério da Saúde de incorporá-los nas listas de medicamentos fornecidos aos pacientes do SUS e a ação de fomento do BNDES e da Finep na consolidação de empresas e projetos de desenvolvimento têm sido ferramentas essenciais. Estima-se que em poucos anos os biológicos participarão com mais de 50% do valor do crescente mercado de medicamentos financiados pelo SUS”.

Por outro lado, essas oportunidades geram também desafios para a indústria farmacêutica brasileira, assinala o diretor da ABIFINA. “Ao aumentar a sua musculatura nos terrenos de inovação e produção, as empresas nacionais cada vez mais serão expostas às mesmas vicissitudes que incidem há tempos nas grandes empresas transnacionais. Este desafio se colocará na disputa do mercado brasileiro, mas se tornará muito mais nítido quando (e se) as nossas empresas se expuserem à competição em outros mercados. No caso dos biológicos há ainda uma distinção importante em relação ao que foi a evolução da participação das empresas nacionais no mercado dos produtos de síntese química, fortemente baseado na produção de similares e genéricos. Embora a caminhada deva se iniciar pelo domínio dos biossimilares, a velocidade com que se desenvolvem novas tecnologias no campo de biológicos enseja a necessidade de um grau muito maior de energia (e ousadia) inovativa por parte de nossas empresas. Inclusive porque o período de proteção patentária de muitos biológicos está apenas começando e a transferência de tecnologia de biológicos ‘de ponta’ deverá ser restrita, e quando existir deverá ser oferecida em condições contratuais pouco atrativas. Nesse aspecto, registre-se a correta resistência do Ministério da Saúde em estimular acordos de transferência que não prevejam, com nitidez e máxima celeridade, a internalização de todas as etapas de desenvolvimento e produção, acordos esses denominados vulgarmente como ‘barriga de aluguel”.

PDPS: AVANÇOS E OBSTÁCULOS

O clima entre os laboratórios nacionais privados oscila entre o entusiasmo com os estímulos já concedidos à indústria farmacêutica local e a apreensão com a persistente vulnerabilidade na base da cadeia produtiva. O Brasil ainda é fortemente dependente da importação de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), o que gera profunda incerteza sobre a sustentabilidade do crescimento do setor.

Nicolau Lages, diretor da Nortec, faz uma avaliação otimista do quadro atual. “O Estado, através das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), inovou para resolver, simultaneamente, dois problemas críticos e extremamente importantes: a defasagem tecnológica do parque farmoquímico brasileiro e dos laboratórios públicos, que não conseguiriam atender às demandas de medicamentos do Ministério da Saúde, principalmente aqueles de maior valor agregado; e a vulnerabilidade na manutenção dos programas de saúde pública que o MS implantou e vem cumprindo com admirável repercussão no Brasil e no mundo”.

O diretor da Nortec enumera os benefícios proporcionados ao Ministério da Saúde pelas 32 PDPs firmadas na área de medicamentos: desenvolvimento ou transferência de tecnologias de fabricação de fármacos para as empresas instaladas no Brasil; transferência de tecnologias farmacêuticas (formulações de medicamentos) para os laboratórios públicos; e economia nas aquisições de medicamentos da ordem de R\$ 450 milhões por ano, mesmo ainda não tendo sido implementada a maior parte dessas parcerias. “O mercado farmacêutico brasileiro está evoluindo do oitavo para o sexto lugar no mundo, com faturamento de aproximadamente R\$ 50 bilhões e crescimento superior a 11% ao ano. As compras públicas representam 22% desse total. O problema é que esse fabuloso mercado depende da importação de 95% de suas principais matérias-primas – os princípios ativos. A meu ver, estrategicamente isto é preocupante”.

Na percepção de Ogari Pacheco, presidente da Cristália e da ABIFINA, essa dependência tem sido perigosamente subestimada. “A baixa competitividade que se verifica no setor farmoquímico e farmacêutico decorre de um ‘cochilo’ brasileiro, enquanto a Índia e a China, principalmente, deslanchavam na produção de fármacos. O processo que se instalou com relação aos genéricos, impulsionando enormemente a indústria farmacêutica, não foi acompanhado de um estímulo para a produção de fármacos, ampliando o déficit, a dependência, a defasagem entre o Brasil e países como Índia e China, e levando à desindustrialização no setor”.

Pacheco elogia a iniciativa do segundo Governo Lula de implementar mecanismos de estímulo à indústria farmoquímica, “fazendo o que os EUA desde sempre fizeram, também o Reino Unido, a França, a Alemanha, o Japão, e mesmo a Índia e a China: usar o poder de compra do Estado como um instrumento, uma alavanca para o desenvolvimento do setor farmoquímico nacional”. Hoje o Governo está tentando consolidar e ampliar o alcance desse instru-



mento, “mas encontra uma dificuldade enorme de natureza política. Na medida em que a indústria farmoquímica brasileira se desenvolva, as transnacionais perderão parte do mercado, e é natural que seja assim. Então acontece um bombardeamento político de todas as formas para que esse mecanismo não vingue. O que eu gostaria é que houvesse consciência política por parte dos responsáveis pelos rumos do País, no sentido de que o poder de compra do Estado seja efetivamente utilizado em prol do próprio Estado”.

Para o presidente da Globe, Jean Peter, o ritmo de implementação da política industrial do Governo no setor fármaco-farmacêutico está aquém das expectativas criadas e dos desafios que se apresentam para o País. “Nas circunstâncias atuais, nossa indústria farmoquímica não tem competitividade. A falta de isonomia nas áreas regulatória, econômica, trabalhista, creditícia, de juros, ambiental, tributária, burocrática, patentária e energética, entre outras, faz com que nosso custo seja, no mínimo, para a maioria dos IFAs, algo em torno de 100% maior que o custo asiático. Nesse contexto, mesmo com uma margem de preferência de 20% no IFA importado não haverá produção nacional”.

As medidas sugeridas pelo presidente da Globe para combater o atraso são as seguintes: facilitar o acesso das pequenas e médias empresas farmoquímicas a linhas de crédito com juros subsidiados; criar canais especiais nos órgãos federais e estaduais para acelerar processos burocráticos; motivar a indústria farmacêutica privada local a adquirir IFAs produzidos no País, particularmente na produção de genéricos; impor aos laboratórios públicos o cumprimento da Portaria MS nº 128/2008 (diretrizes para contratação da fabricação local de produtos); reduzir a carga tributária da indústria farmoquímica; aplicar o padrão regulatório adotado para empresas locais àquelas que exportam para o Brasil, ampliando a RDC 57/2009 (obrigatoriedade do registro de fármacos utilizados na fabricação nacional de medicamentos); acelerar os processos de aumento de alíquota da TEC para os fármacos produzidos no País; e, finalmente, aumentar a proatividade na implementação de medidas que alinhem a realidade econômica brasileira com a dos países asiáticos. ●●●

VITÓRIA DAS PDPS: LEI REGULAMENTA CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS

CAI A EXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PRIVADAS POR LABORATÓRIOS OFICIAIS COM TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS ESTRATÉGICOS PARA O SUS

A partir de agora, o Governo brasileiro tem liberdade para definir parceiros no desenvolvimento de fármacos e medicamentos com tecnologia nacional, de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A presidente Dilma Rousseff sancionou, em 17 de setembro, a Lei 12.715, que estabelece em seu artigo 73º a dispensa de licitação nas contratações de empresas privadas por laboratórios oficiais em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o SUS. A regra vale também para a aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica. Esta é a conquista de um dos mais importantes pleitos da ABIFINA em favor do Complexo Industrial da Saúde, representando os interesses da indústria farmoquímica e farmacêutica do País.

Aguardada ansiosamente pelo setor produtivo nacional, a lei confere segurança jurídica para a montagem das parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDPs) entre laboratórios públicos e empresas privadas. Essa relação vinha sendo regulada por normas e portarias do Ministério da Saúde, o que desencorajava sua adoção pelos laboratórios estaduais, temendo ações no judiciário sob uma alegada carência no marco legal.

Segundo Nelson Brasil, 1º vice-presidente da ABIFINA, a sanção da Lei 12.715 se deu graças ao comprometimento do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e do secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) da pasta, Carlos Gadelha, com essa causa, que contou ainda com o apoio de governadores e entidades de classe, além de se constituir em uma proposta apresentada e aprovada pelos parlamentares em audiências públicas realizadas no Congresso Nacional.

“O projeto de lei encaminhado pelo Congresso Nacional à sanção presidencial previa diversas medidas, sendo algumas vetadas, mas o artigo 73º permaneceu na forma integral como aprovado pelo Congresso. A Presidenta ouviu os diversos agentes públicos envolvidos no tema para decidir por essa manutenção. Com essa decisão presidencial, Dilma está valorizando o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis) e mostrando que as PDPs não são apenas uma ação isolada da saúde, e sim constitui uma política estratégica dentro do Plano Brasil Maior”, analisa Nelson Brasil.

INTERESSE PÚBLICO

Contraopondo-se às críticas quanto à possível falta de transparência na dispensa de licitação, Nelson Brasil argumenta que os processos deverão ser conduzidos de forma transparente, de acordo com o marco legal estabelecido, visando o interesse público e decidido pelo Estado Nacional Soberano do Brasil. A licitação pública não é o único nem o melhor sistema de seleção em situações que envolvem avaliações de competência empresarial, capacitação tecnológica e disposição para assumir riscos pelo setor privado.

A contratação direta de empresas privadas pelos laboratórios oficiais não constitui simplesmente um benefício ao setor privado, pois tal contratação demandará do parceiro investimentos de risco em desenvolvimento tecnológico, tendo como única garantia o acesso ao mercado público, desde que obtenha sucesso no desenvolvimento tecnológico. E as empresas se obrigarão, como contrapartida, a transferir a tecnologia para os laboratórios públicos, que passarão a ter condições de produzir medicamentos a preços mais baixos para o sistema público.

“Caberá ao Governo soberano do Brasil selecionar como parceiras dos laboratórios oficiais as empresas privadas comprometidas com os destinos da política industrial. Poucas companhias estrangeiras têm esse interesse, pois atendem a estratégias globais de negócio. Aquelas poucas que efetivamente se decidissem a fabricar no País, sem o uso de monopólio e sujeitas às mesmas regras impostas às nacionais – inclusive a transferência da tecnologia gerada – também poderiam pleitear tratamento similar. Por outro lado – é oportuno destacar –, se ficássemos presos aos processos licitatórios formais, as empresas nacionais operando no País sofreriam um esmagamento total, com o poder de fogo da *Bigpharma*”, afirma o 1º vice-presidente da ABIFINA.

Ele aponta ainda que a Constituição Federal assegura o direito universal à saúde, cabendo ao Estado, através do SUS, participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos, bem como deve incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico, definindo ainda que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é garantir o desenvolvimento nacional. Portanto, a Lei 12.715 se tornou instrumento de concretização de preceitos e garantias constitucionais.

LEGADO ESTRATÉGICO

Pela primeira vez, o Brasil tem por seis anos ininterruptos uma política voltada para a indústria da saúde. No segundo Governo Lula, iniciado em 2006, foi identificado e reconhecido o Complexo Industrial da Saúde, por meio da atuação do ministro da área, José Gomes Temporão, e de seu então secretário, Reinaldo Guimarães, sendo de pronto essa iniciativa acolhida pelo BNDES, ao criar e desenvolver até hoje seu programa denominado Profarma.

Ainda nesse segundo mandato de Lula, foram editadas as portarias (normas administrativas) que regularam a constituição das primeiras PDPs. Assim, em 2008, a Portaria nº 374 instituiu no âmbito do SUS o Programa Nacional de Fomento à Produção Pública e Inovação no Complexo Industrial da Saúde. Em seguida, foi criado o Gecis. A Portaria nº 978 estabeleceu a lista de produtos estratégicos para o SUS, sem falar de outras normas que se seguiram, estabelecendo critérios para a montagem das PDPs.

“CABERÁ AO GOVERNO SOBERANO DO BRASIL SELECIONAR COMO PARCEIRAS DOS LABORATÓRIOS OFICIAIS AS EMPRESAS PRIVADAS COMPROMETIDAS COM OS DESTINOS DA POLÍTICA INDUSTRIAL”

NELSON BRASIL

Apesar da insegurança jurídica, os laboratórios públicos federais (vinculados ao Ministério da Saúde) tiveram experiências bem-sucedidas no desenvolvimento de fármacos, em conjunto com a iniciativa privada, como nos casos dos antirretrovirais, em especial o conhecido caso Efavirenz, criando lastro para a legislação atual.

“Estamos recuperando os anos 1980, quando a política industrial era conduzida com critérios de inovação tecnológica e para o desenvolvimento dos parques fabris no País”, lembra Nelson Brasil. Para ele, este novo momento se soma aos benefícios da Lei nº 12.349, de 2010, que permite o uso de margens de preferências nas licitações públicas destinadas às aquisições de produtos manufaturados no Brasil.

ENTENDA A MUDANÇA

O artigo 73º da Lei 12.715 modifica a Lei 8.666 em seu artigo 24º, que lista os casos em que é possível a dispensa de licitações para as compras públicas. A contratação de produtos estratégicos para o SUS com transferência de tecnologia constitui o 32º item aí incluído (alínea XXXII). A nova lei também prevê margem de preferência de 20% para compras, obras e serviços contratados. As regras valem para todas as entidades da administração pública no País.

//Entrevista

PAULO GADELHA
A IMPORTÂNCIA DA FIOCRUZ PARA A
POLÍTICA DE SAÚDE

“A EMPRESA PÚBLICA É CRUCIAL PARA QUE A FIOCRUZ POSSA CUMPRIR SUA MISSÃO DE GARANTIR O ACESSO DA POPULAÇÃO A IMUNOBIOLOGÍCOS”

Instituição centenária e tradicional na promoção da saúde brasileira, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) passa por um período de grande inovação. Para cumprir sua missão de ser um agente do desenvolvimento social, científico e tecnológico, a Fiocruz vai transformar sua unidade de imunobiológicos Bio-Manguinhos em empresa pública. O objetivo é ter maior flexibilidade jurídica para inovar e investir em atividades industriais, podendo assim atender à demanda por vacinas e kits para diagnóstico no Brasil, América Latina e África.

Mas esse não é um movimento isolado. A Fiocruz abrirá novas frentes de pesquisa a partir de sua expansão para 11 estados brasileiros. Também se internacionaliza, com a criação de uma fábrica de medicamentos em Moçambique, se tornando a primeira instituição pública do setor farmacêutico no continente africano.

O presidente da Fundação, Paulo Gadelha, detalha esse novo momento da instituição. Médico especializado em saúde pública, ele é membro da Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Saúde. Pesquisador e gestor de longa data, Gadelha também expõe a seguir sua visão sobre as políticas públicas para o setor.

Quais as principais ações da Fiocruz para fortalecer o SUS e permitir o aumento do acesso da população a bens e serviços?

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma “bandeira” da reforma sanitária que teve início há mais de 20 anos tendo na Fiocruz uma de suas lideranças. Historicamente todas as ações empreendidas pela Fiocruz visam fortalecer o SUS, sejam ações na área de assistência, pesquisa, ensino, ambiente ou produção e inovação. É importante lembrar que a Fiocruz é uma instituição pública estratégica para a saúde. Como consta na publicação “A saúde no Brasil em 2030”, desenvolvida no bojo de cooperação técnica assinada pela Fiocruz com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e convênio com o Ministério da Saúde, “é agente da dinâmica do desenvolvimento do Estado brasileiro e assim se apresenta ao Governo e à sociedade”. A complexidade das atividades desenvolvidas pela Fiocruz fortalece o SUS, consolida as bases para a reforma sanitária com a qual tanto lutamos e contribui para a melhoria das condições de saúde e de vida de nossa população.

Recentemente foi divulgado que uma das unidades da Fiocruz será transformada em empresa. Qual o significado disto para a Fiocruz? O que o senhor espera em termos de benefícios para a população dessa nova e inovadora iniciativa?

O modelo jurídico proposto, conforme deliberação do VI Congresso Interno, é o de uma empresa pública em que o seu controlador exclusivo seja a Fiocruz. Destina-se à área de produção da Fiocruz para que possa usufruir de uma modelagem jurídica que atenda às atividades industriais, já que o atual modelo autárquico é inadequado para esta atividade.

A criação de uma empresa pública viabilizaria capital de giro, necessidade intrínseca à atividade industrial, e melhor gestão orçamentária em função da flexibilidade de alocação de recursos de custeio e capital. Além disso, há possibilidade de busca de financiamento reembolsável junto a bancos e agências de fomento público, tais como Finep e BNDES, mecanismo vedado à fundação autárquica, condição atual da Fiocruz. Com tudo isso, aumentaremos enormemente a capacidade da Fiocruz de responder com maior agilidade e em maior escala às demandas do SUS.

Pode-se mesmo afirmar que a empresa pública é crucial para que a Fiocruz possa efetivamente cumprir sua missão de garantir o acesso da população a imunobiológicos. Este papel não se resume à demanda nacional, uma vez que Biomanguinhos é responsável hoje, entre outras ações, pela oferta de vacina de febre amarela aos países da América Latina e da África. Outro aspecto relevante será o papel da empresa na cadeia de inovação, a partir de uma visão integrada pesquisa-desenvolvimento-produção. Dessa forma o novo modelo jurídico para Biomanguinhos poderá favorecer essa relação, potencializando ações de pesquisa e inovação no conjunto da Fiocruz.

Quando se fala em Fiocruz pensa-se no Castelo Mourisco de Manguinhos. No entanto, sabemos que a Fiocruz está presente

“HÁ 112 ANOS A FIOCRUZ CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL E PARA O SISTEMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA”

em outras unidades da federação. Qual a importância da presença da Fiocruz no território nacional? Existe algum plano de expansão no Brasil?

Nos últimos anos, o Governo Federal vem desempenhando uma política de expansão e regionalização das atividades de ciência e tecnologia, com vistas ao fortalecimento da capacidade de intervenção do Estado, aliada a uma política de redução das desigualdades regionais. Esta política permitiu a formulação de um projeto de ampliação da presença nacional da Fiocruz, criando as bases para a institucionalização de unidades no Ceará, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rondônia. A Fiocruz, instalada em 11 estados e atuando em rede, tem como objetivos estabelecer novos objetos de pesquisa relacionados aos quadros ambiental e epidemiológico e otimizar a cooperação regional entre os setores acadêmico e empresarial.

A cobertura nacional da Fundação está alinhada a um princípio fundamental do SUS: a regionalização, que orienta o processo de descentralização das ações e serviços de saúde e os processos de negociação e pactuação entre os gestores. Esta dinâmica contribui para a racionalização de gastos e a otimização de recursos, o que é fundamental para garantir o acesso, a resolutividade e a qualidade dos serviços, a integridade e a equidade na atenção à saúde.

A implantação de unidades com capacidade de produção científica e tecnológica em saúde em todas as regiões do País é fator preponderante para o desenvolvimento nacional: além de ampliar a geração de conhecimentos e tecnologias capazes de melhorar as respostas do setor saúde aos problemas regionais da população brasileira, contribui para o desenvolvimento econômico, fixando trabalhadores especializados nas várias regiões e fomentando a cadeia de produção, com participação do setor produtivo regional e local.

A instalação da Fiocruz em todo o País é importante também para a definição de novos objetos de pesquisa, relacionados aos quadros ambiental e epidemiológico de cada região, e para aprimorar a cooperação regional entre os setores acadêmico, produtivo e industrial.

Recentemente foi noticiada a inauguração de uma fábrica de medicamentos em Moçambique. Qual o papel da Fiocruz nessa iniciativa?

Esse projeto foi desenvolvido em colaboração com o Ministério da Saúde de Moçambique e especialistas do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos), unidade de produção de medicamentos da Fiocruz. Na pauta de ações futuras da Fiocruz no continente africano também está prevista cooperação na área de transferência tecnológica para produção de vacinas e kits para diagnósticos.

A unidade fabril é a primeira instituição pública no setor farmacêutico do continente africano. Realizou-se um trabalho excelente no campo das relações externas e certamente único na área da saúde. Por meio de uma cooperação horizontal, de identificação de quais são as vulnerabilidades e as demandas de um país africano, foi montada uma parceria e se viabilizou uma fábrica que será dos moçambicanos. Nós ajudamos a constituir essa fábrica. O Governo brasileiro doou os equipamentos e houve também doações de empresas privadas que atuam em Moçambique. Haverá ainda capacitação de pessoal para a área, o que inexistia em Moçambique, e vamos ajudar o país a construir um aparato regulatório na área de saúde - que a Anvisa ajudará a configurar. Esse processo significará que teremos uma fábrica não somente qualificada para Moçambique, mas também com a perspectiva de ser certificada internacionalmente pela Organização Mundial da Saúde e fornecer medicamentos para toda a África subsaariana.

O Governo Federal tem implantado uma série de programas e ações, entre eles o Plano Brasil Maior, Ciência sem Fronteiras, Brasil sem Miséria. Como a Fiocruz se insere nesse contexto?

De fato, a Fiocruz, como instituição estratégica de Estado, tem tido destacada atuação em diferentes programas do Governo Federal. A partir da definição do macroprojeto Saúde, Ciência e Educação contra a Miséria, por exemplo, a Fiocruz tornou-se uma das instituições participantes do Programa Brasil sem Miséria, que opera em três eixos: distribuição de renda, inclusão solidária e promoção de novos empregos e qualificação da força de trabalho. Neste contexto, o Ministério da Saúde delegou à Fundação o papel de integração das ações da pasta relacionadas à iniciativa, na lógica de percorrer territórios e mapear conhecimentos e tecnologias sociais para ações de combate à miséria. Como parte deste processo, a Oficina de Integração Estratégica da Fiocruz no Plano Brasil sem Miséria reuniu representantes dos ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da própria Fundação, para estruturar os planos, ações e projetos das unidades da instituição que poderão contribuir com o programa do Governo federal.

No âmbito do ensino de pós-graduação, esse alinhamento se dará por meio da oferta de bolsas especiais Fiocruz/Capes com o objetivo de incentivar projetos de pesquisa de doutorado e pós-doutorado desenvolvidos em seus programas de pós-graduação.

Em outra frente, a Fiocruz contribui para o desenvolvimento das redes de atenção à saúde e do projeto Qualisus Rede, financiado pelo Governo Federal e o Banco Mundial.

A Fundação participa dos processos de gestão de projetos e na base de sua formulação, com pesquisas voltadas para a análise das tecnologias de redes assistenciais.

Por sua vez, o Programa Farmácia Popular do Brasil, lançado em junho de 2004, conta atualmente com uma rede própria composta por 552 unidades em funcionamento, sendo 32 oficialmente ligadas à Fiocruz, e as demais em parceria com estados e municípios. O programa tem como objetivo ampliar o acesso da população aos medicamentos para as doenças mais comuns. Além da rede própria, o programa conta ainda com outro modelo que, em parceria com drogarias da rede privada, também fornece medicamentos, que é o Aqui Tem Farmácia Popular. Por meio do programa, estão sendo fornecidos, gratuitamente, medicamentos indicados para o tratamento da hipertensão e do diabetes. A ação beneficia 33 milhões de brasileiros hipertensos e 7,5 milhões de diabéticos.

Já o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, da Fiocruz, participa da coordenação do projeto Rede Cegonha, em parceria com as áreas técnicas de Saúde da Mulher, de Saúde da Criança e Aleitamento Materno e Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde. O instituto é diretamente responsável pelos seguintes componentes do Projeto de Apoio à Implementação da Rede Cegonha: qualificação de quadros estratégicos do SUS para a melhoria do cuidado e dos indicadores materno-infantis, com destaque para ações de formação de profissionais da área assistencial e da gestão nos estados e municípios brasileiros; e implantação de Sistema de Informação para o Monitoramento do Cuidado Obstétrico e Neonatal em maternidades, visando identificar práticas assistenciais, a redução da distância entre as práticas em uso e as boas práticas obstétricas e neonatais e a melhoria de resultados do cuidado materno e neonatal.

Outro exemplo é o Ciência sem Fronteiras. Ao definir como um dos eixos estratégicos do seu Plano Quadrienal (2011- 2014) o mote Ciência e Tecnologia, Saúde e Sociedade, a Fiocruz considerou que a organização, a coordenação e o aperfeiçoamento dos programas de ensino da pós-graduação fortalecem, ao mesmo tempo em que se nutrem, das atividades de P&D. Os macroprojetos que integram este eixo estão em sintonia com o programa, lançado em 2011. O Ciência sem Fronteiras é um programa que promove a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da competitividade e que prevê a concessão de até 75 mil bolsas em quatro

anos, em modalidades que abrangem do estudante de graduação ao pesquisador altamente qualificado. Assim, a Presidência da Fiocruz estimulou com bastante ênfase que os programas de pós-graduação e as redes de pesquisa submetessem propostas para a chamada pública para pesquisador visitante especial, com recursos da Capes e do CNPq, com o propósito de atrair lideranças internacionais para o País, oferecendo bolsas para pesquisadores.

O que podemos esperar da Instituição para os próximos anos?

Há 112 anos a Fiocruz contribui para o desenvolvimento nacional e para o sistema de atenção à saúde da população brasileira. A capacidade propositiva, a liderança nos processos de mudanças do setor de saúde, a excelência no campo da ciência e tecnologia e a reconhecida competência de seu quadro de funcionários têm sido nossa carta de apresentação à sociedade. Para continuar cumprindo este papel singular para o País, a Fundação estabeleceu, por meio de seu VI Congresso Interno, um conjunto de metas para os próximos anos que expressam a projeção para as próximas décadas e o seu papel de instituição estratégica de Estado pertencente ao SUS.

Neste sentido, podemos destacar um rol de ações projetadas, entre as quais a qualificação dos institutos Fernandes Figueira e Evandro Chagas, enquanto, respectivamente, Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente e Instituto Nacional de Infectologia; a consolidação de um escritório em Moçambique; a participação em organismos multilaterais, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul); a Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul); as parcerias com Estados Unidos, União Europeia e Japão; a liderança do Programa Iberoamericano de Bancos de Leite Humano (IberBLH); além da ampliação da tradicional cooperação com a OMS/Opas.

Como instituição de suporte ao Ministério da Saúde, a Fundação seguirá atuando estrategicamente para articular as vertentes produtiva socioassistencial do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e fomentar o avanço da produção nacional e da inovação em saúde. A estruturação do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) e do Centro Integrado de Protótipos, Biofármacos e Reativos para Diagnóstico (CIPBR) na Fiocruz também preencherão uma lacuna persistente no sistema nacional de produção e inovação em saúde, contribuindo para a superação de gargalos no desenvolvimento de insumos para a saúde, como vacinas, medicamentos, reagentes para diagnóstico e outros produtos biotecnológicos, além de diminuir a dependência tecnológica e o déficit na balança comercial do setor.

No campo da pesquisa clínica, a Fiocruz investe na consolidação institucional da atividade, com destaque para a inserção na Rede Nacional de Pesquisa Clínica em Hospitais de Ensino (RNPC), a estruturação da Plataforma de Pesquisa Clínica, a criação do Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (Rebec) e desenvolvimento do primeiro registro de ensaios clínicos em código aberto no mundo.



**“A INSTALAÇÃO DA
FIOCRUZ EM TODO O PAÍS
É IMPORTANTE TAMBÉM
PARA A DEFINIÇÃO DE
NOVOS OBJETOS DE
PESQUISA”**



FIOCRUZ ASSINA ACORDO QUE PERMITIRÁ PRODUÇÃO DE VACINA CONTRA CATAPORA

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA SERÁ FEITA PELA GLAXOSMITHKLINE E POSSIBILITARÁ TAMBÉM O DESENVOLVIMENTO LOCAL DA VACINA TETRA VIRAL

O calendário básico de imunizações do Sistema Único de Saúde (SUS) passará a contar a partir do segundo semestre de 2013 com a vacina tetravalente viral que inclui a imunização contra a varicela — mais conhecida como catapora — além de sarampo, caxumba e rubéola, já contempladas na tríplice viral (TVV). Isso porque Bio-Manguinhos, unidade da Fiocruz que produz vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, assinou um contrato de transferência de tecnologia com a GlaxoSmith Kline (GSK), no dia 4 de agosto, para a produção da vacina varicela. O imunizante será combinado à vacina sarampo, caxumba e rubéola, chamada tríplice viral (TVV), e assim passará a ser uma vacina tetra viral (SCRV), ou seja, prevenindo contra estas três doenças e também varicela. O desenvolvimento de uma vacina contra a varicela em Bio-Manguinhos/Fiocruz permitirá a sua distribuição gratuita na rede pública e inserção no Calendário Básico de Vacinação.

A tetra viral é aplicada em duas doses: em crianças de até 12 meses e aos 4 anos de idade. Atualmente, a vacina só é oferecida na rede pública em épocas de surto. Com a tetra viral, o SUS passa a contar com 25 vacinas, sendo 13 ofertadas no calendário básico de imunizações.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, esteve presente na cerimônia de assinatura, no auditório do Museu da Vida/Fiocruz, e destacou a economia que o Governo terá com o acordo. Segundo ele, as internações causadas pela varicela custam cerca de R\$ 7 milhões por ano ao SUS. “Com apenas uma picada, o Brasil vai poder proteger suas crianças contra quatro tipos de doenças. Hoje, temos dados que mostram que quase 11 mil pessoas são internadas por ano por causa da varicela e temos mais de 160 óbitos”, declarou.

A ampliação do portfólio de vacinas, demandadas pelo SUS e produzidas pelos laboratórios nacionais, é estratégica para o Programa Nacional de Imunizações. “Ao produzir novas vacinas no País, ficamos imunes à oscilação do dólar e à crise econômica internacional. E também ficamos menos dependentes de indústrias internacionais que decidem parar de produzir determinada vacina em função dos interesses de seus países”, ressalta Padilha.

Para o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, além de capacitar os profissionais e criar plataformas para o desenvolvimento de outras vacinas, esse tipo de acordo barateia significativamente o preço das doses. “O valor global da vacina tetra custará R\$ 28 por unidade, incluindo a tríplice. No mercado privado, essa vacina custa R\$ 150. Só podemos ter um programa que distribui gratuitamente vacinas para todo o País porque temos a competência nacional de produzi-las”.

Gadelha afirmou que o acordo de transferência de tecnologia demonstra o papel fundamental que a Fiocruz vem assumindo, enquanto instituição estratégica de Estado, na estruturação do Complexo Industrial da Saúde no País.

Para o diretor de Bio-Manguinhos, Artur Couto, o acordo possibilita mais uma valiosa parceria estabelecida com a GSK porque permitirá o acesso gratuito a um imunizante que possibilitará a diminuição de casos da doença e a redução de custos para o Sistema Único de Saúde.



A VACINA

A vacina varicela foi desenvolvida no Japão no início dos anos de 1970, mas apenas em meados da década de 1990 passou a ser mais amplamente utilizada nos países ocidentais. É produzida a partir do vírus varicela-zoster vivo atenuado e é altamente eficaz. Uma única dose da vacina (via subcutânea, com uso de seringa) resulta em um nível de proteção de 97% em crianças de até 13 anos – sua administração é indicada a partir dos 12 meses de idade. Resultados semelhantes são obtidos em pessoas maiores de 13 anos com a aplicação de duas doses da vacina. Além de apresentar um bom perfil de tolerância, raramente produz eventos adversos ou reações alérgicas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a vacinação em massa contra varicela é recomendada e uma cobertura vacinal de 85% deve ser mantida para o sucesso do programa de imunização. O mesmo racional se aplica para a prevenção do sarampo, caxumba e rubéola, que também depende da manutenção de elevadas coberturas vacinais. Vários fatores podem influenciar a cobertura vacinal, dentre eles a disponibilização de vacinas combinadas, bem como o número de pessoas com o cartão de vacinação atualizado.

BENEFÍCIOS DAS VACINAS COMBINADAS

A vacina sarampo, caxumba, rubéola e varicela (atenuada) [SCRV] oferece o benefício da imunização contra quatro importantes doenças na infância em apenas uma administração, ressaltando os benefícios das vacinas combinadas. Anteriormente, a imunização contra estas quatro doenças demandava a administração de duas vacinas separadamente, ou seja, sarampo, caxumba e rubéola, e a varicela administrada separadamente. A vacina SCRIV apresenta o mesmo perfil de segurança, imunogenicidade e eficácia quando comparada as vacinas SCR + V administradas separadamente.

//Entrevista

**JULIO CESAR GOMES DE ALMEIDA
PARA RETOMAR A
INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA**

“CÂMBIO, CUSTOS, PRODUTIVIDADE E ESTRUTURA INDUSTRIAL PRECISAM SER MELHORADOS NO BRASIL PARA VOLTARMOS A TER COMPETITIVIDADE E RESISTIRMOS À IMPORTAÇÃO”

A recente queda na tarifa de energia elétrica e a desoneração tributária setorial que vem sendo conduzida por meio do Plano Brasil Maior podem ter impactos positivos no setor produtivo. Porém, para que a indústria de transformação retome de fato o crescimento, a agenda do Governo precisa ser consideravelmente mais ampla. Nesta entrevista, o economista Julio Gomes de Almeida, consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), aponta a necessidade de o Governo manter a cotação do dólar na faixa dos R\$ 2, reduzir o custo logístico e melhorar as condições de acesso ao crédito. Segundo ele, este será o caminho para o País recuperar a competitividade da indústria de forma a aproveitar o crescimento do mercado interno, freando o processo de desindustrialização.

Quais são as expectativas para o crescimento brasileiro nos próximos anos?

A perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2012 é de 2%. Mas a estimativa conservadora é de crescimento ainda menor, na faixa de 1,5%. E para o ano que vem esse crescimento pode ser maior, de 3,5% ou até 4%, segundo algumas projeções. Mas tudo vai depender da indústria, que no ano passado teve crescimento zero e puxou para baixo nosso PIB. O resultado foi de 2,7%, em função da agricultura e do setor de serviços. Não fosse o baixo desempenho da indústria, o Brasil poderia ter crescido 3,5% ou até mais. Agora a mesma questão se coloca. O setor teve queda de 3,8% na produção no primeiro semestre. E todo mundo acha que deverá melhorar no segundo semestre porque o Brasil adotou medidas de corte de juros e de política industrial, e o câmbio está um pouco mais favorável. Mas é preciso uma reviravolta na indústria para conseguirmos crescer mais.

As commodities não conseguirão sustentar o crescimento?

Nem o setor de serviços. Precisamos alargar nossos setores dinâmicos. A indústria é um setor extremamente importante em uma economia, porque impulsiona o crescimento, funciona como um amplificador. Por suas relações internas, acaba incentivando outros setores, como o de serviços, podendo inclusive transformar o dinamismo das commodities em fator de desenvolvimento. Por isso, ela deve estar bem, competitiva, com capacidade de concorrer no exterior e no mercado interno. Podemos crescer mais este ano e no próximo se a indústria for bem.

Como dar novo fôlego à indústria de transformação?

A indústria extrativa é muito importante, mas ela, em geral, aproveita o dinamismo de outro país. Já a de transformação é o coração do setor industrial. Para retomar seu crescimento, seria necessário manter a cotação do dólar na faixa dos R\$ 2 e não permitir uma onda adicional de valorização.

Os custos industriais subiram muito nos últimos anos, e não só no Governo da presidente Dilma, ou do Lula, ou do Fernando Henrique Cardoso. São custos de uma logística cada vez mais ineficiente e de programas importantes de investimento que não conseguiram até agora compensar esse processo. O custo do financiamento também é muito alto para aqueles que não têm acesso ao BNDES. Ainda assim, ninguém tem acesso total a ele.

O Governo está tentando melhorar o problema dos altos custos de produção com a desoneração da folha de pagamentos, mas ainda há preços elevados. O impacto é em todos os segmentos da economia, mas a indústria perde competitividade para concorrer com o produto estrangeiro. O produtor chinês, coreano ou mexicano que não tem esse conjunto combinado de aumento de custos acaba tendo maior competitividade e ganhando o mercado brasileiro.

Do lado do empresariado, o que precisa ser feito?

Nossa indústria precisa ampliar a produtividade em alguns setores, caprichar na modernização fabril, na automação. Também precisa incorporar segmentos novos da indústria mundial. O nosso setor eletrônico é pouco presente na estrutura industrial brasileira, mas é muito dinâmico. E o farmacêutico pode crescer mais. Em geral, os segmentos de média e alta tecnologia – este último é o caso da química fina – são pouco representados em nossa estrutura industrial. Para resumir: câmbio, custos, produtividade e estrutura industrial precisam ser melhorados no Brasil para voltarmos a ter uma grande competitividade e maior capacidade de resistir à importação, além de exportar.

Quais são as causas da desindustrialização brasileira?

Há fatores antigos e novos. Nos últimos 20 anos ou mais, o mundo teve uma onda de desenvolvimento no setor de bens intermediários e de bens finais, como os eletrônicos. O Brasil não acompanhou este movimento. Outros problemas remontam a nossa estrutura tributária nos últimos 15 anos e ao sucateamento da infraestrutura logística nos últimos 30 anos. Entre os entraves recentes, está o câmbio valorizado de 2004 até hoje, com exceção do primeiro semestre de 2012.

Isso tudo fez com que a indústria não introduzisse no País setores dinâmicos, o que, para mim, é uma forma de desindustrialização. Por exemplo, há 30 anos a estrutura industrial brasileira deixava a desejar, salvo em setores muito específicos. Porém, entre os países emergentes, era uma estrutura industrial mais avançada. Atualmente já não é mais.

Um dado relevante é que nossa indústria produz hoje 5% menos do que em 2008, ano da crise. Nesse período, nosso mercado consumidor cresceu seguramente mais de 7% em termos reais, como média ao ano. Isso significa dizer que o País andou para trás em termos de desenvolvimento industrial. É um sintoma de desindustrialização. Serão necessários anos de políticas para conferir à indústria novo dinamismo, que a possibilite acompanhar nosso mercado consumidor interno.

O Brasil já se destacou na exportação de produtos básicos até os de alta tecnologia. Seremos capazes de retomar esse espaço em meio à crise internacional?

Acredito que sim. O Brasil tem um mercado consumidor interno, então o importante é que as nossas empresas invis-

“SERÃO NECESSÁRIOS ANOS DE POLÍTICAS PARA CONFERIR À INDÚSTRIA NOVO DINAMISMO”

tam mais e que o Governo incentive o crescimento. Precisamos fazer tudo que mencionei antes: atrair setores modernos, reduzir custos, aumentar a produtividade, ampliar o crédito, e sustentar um câmbio minimamente competitivo. Muitas dessas tarefas são de responsabilidade do Governo. E outras coisas ele pode incentivar. É o caso, por exemplo, da inovação. Mas é importante também que nosso empresário não deixe de investir por receio da crise. Ele precisa apostar no futuro, especialmente na inovação. Se fizermos tudo isso, daqui a três anos a nossa indústria vai ganhar muita competitividade.

As parcerias público-privadas constituem o melhor caminho para a retomada da industrialização?

Sim. Vamos definir parceria público-privada como algo amplo, como o último pacote que o Governo anunciou na área de concessões ao setor privado de rodovias e ferrovias. O modelo também é uma boa solução para o setor químico e farmacêutico. São investimentos de risco e o Governo pode reviver o que fez na petroquímica, se tornando parceiro de empresas privadas ou se associando em etapas iniciais de processos de desenvolvimento tecnológico. Há muitos campos para se criar parcerias público-privadas na área da química fina.

O senhor acha viável aumentar o prazo de recolhimento de impostos para aumentar o capital de giro das empresas?

Sim. Até agora o Governo tem preferido desonerar certas decisões empresariais. Ontem o exportador pagava mais impostos do que paga hoje, então a decisão de exportar agora é menos tributada. Outra alternativa seria essa de aumentar prazos para pagamento de impostos, sobrando capital de giro para as empresas. Isso significa que as empresas vão precisar de menos crédito, o que ajudaria o Governo na redução da taxa de juros. Ampliando o prazo para recolhimento, o Governo não deixa de arrecadar volume de impostos – não é uma desoneração, e sim uma postergação. A medida significaria um novo fôlego do ponto de vista financeiro para as empresas, que pagam imposto até mesmo antes de produzir.

A indústria precisa de medidas de estímulo horizontais, uma vez que o Plano Brasil Maior desonera setores específicos?

Exatamente. Precisamos de boas políticas horizontais, que afetem todos os setores industriais, desafogando a liquidez das empresas e reduzindo a dependência do sistema bancário. 

“PRECISAMOS DE BOAS POLÍTICAS HORIZONTAIS, QUE AFETEM TODOS OS SETORES INDUSTRIAIS”



Seminar
2012
V EDIÇÃO

Crescimento sustentável
apoiado em redes de
inovação: Agenda Brasil

12 a 14 de novembro, 2012
Hotel Transamérica - São Paulo

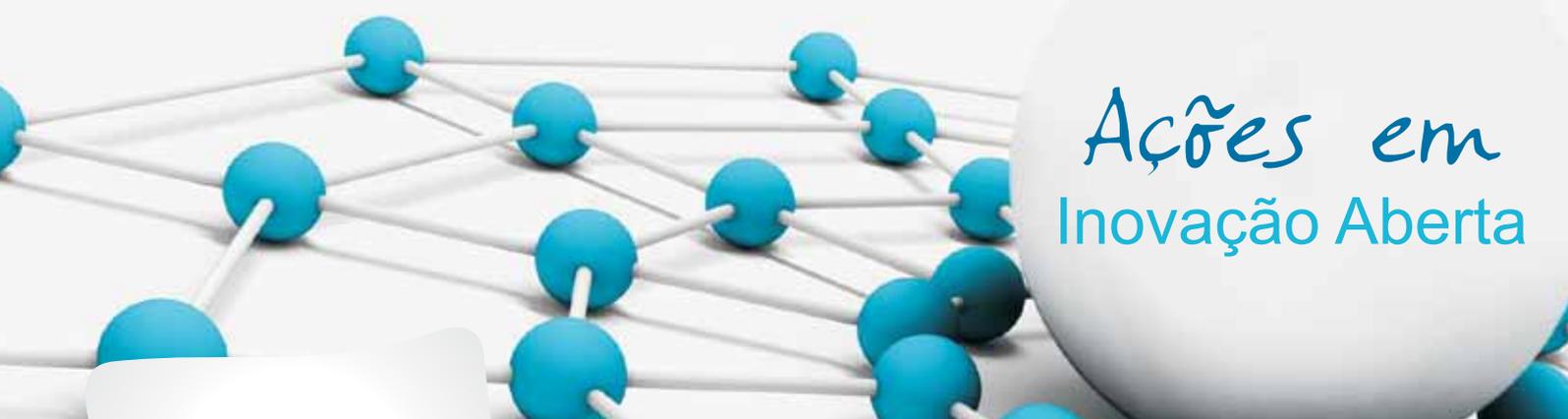
ARENAS DE
INOVAÇÃO ABERTA

WORKSHOPS E CURSOS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL, FÓRUMS DE GESTÃO
E GLOBAL CHALLENGES EM INOVAÇÃO ABERTA

EXPO LOUNGES

ENCONTRO ACADÊMICO
EM INOVAÇÃO COLABORATIVA



Ações em
Inovação Aberta

Visite o site



www.openinnovationseminar.com.br

▶ JUSTIÇA ANULA PARECERES DA ANVISA SOBRE PATENTES

VALOR ECONÔMICO, 31/08/12

Lacuna jurídica

Dois laboratórios farmacêuticos estrangeiros conseguiram anular na Justiça pareceres da Anvisa contrários a pedidos de patentes de medicamentos. É possível que decisões semelhantes ainda venham a ocorrer, até que uma decisão de tribunal superior ponha fim à controvérsia criada por um discutível parecer da AGU que contesta o dispositivo da anuência prévia da Anvisa em patentes farmacêuticas, respaldado pelo artigo 229 C da Lei 9.279/96.

Juízes de primeira instância nem sempre estão atualizados em relação às sutilezas do sistema de patentes. Na verdade, nada nos tratados internacionais de que o Brasil é signatário, e pelos quais se obriga, restringe a liberdade dos membros de organizar a realização do exame da maneira que melhor lhes convier. A única exigência imposta pela Convenção da União de Paris (CUP) e ratificada por Trips é a de que cada membro tenha um serviço especial de propriedade industrial para a comunicação com seus clientes e o público em geral. Ademais, nada na Constituição brasileira restringe a liberdade da Administração de delegar a um ou mais órgãos a responsabilidade pelo exame dos pedidos de patente, procedimento este que constava explicitamente na lei anterior (nº 5.772), vigente até 1996.

▶ ANÁLISES DE REMÉDIOS TERÃO PRIORIDADE

VALOR ECONÔMICO, 31/08/12

Atendimento preferencial

O INPI pretende introduzir critérios de prioridade no exame de pedidos de patentes de medicamentos, o que deverá reduzir para três anos o tempo de análise no caso de fármacos considerados essenciais pelo SUS. Esta é uma medida há muito tempo reivindicada pelo setor privado e já prevista em instrução normativa do INPI, mas sua efetivação estava condicionada ao fornecimento da referida lista de fármacos pelo Ministério da Saúde. Agora, sem mais pendências, a medida será implantada com expressivos ganhos para a saúde pública e para as empresas, pois o período gasto em análise (hoje cerca de dez anos, que se somam aos 20 anos de vigência da patente) cria uma expectativa de direito que inibe investimentos paralelos em pesquisa e desenvolvimento de medicamentos similares.

▶ PERDENDO MERCADOS NA AL ESTADÃO, 31/08/12

Efeito da década perdida

A diminuição da participação brasileira no mercado continental foi pretexto para este editorial em que o Estadão deprecia os fatores macroeconômicos envolvidos no atual processo de desindustrialização da economia. A perda de competitividade da indústria brasileira no cenário internacional é uma constatação fácil de fazer, diante dos dados da nossa balança comercial. Os reflexos dessa perda na nossa posição exportadora para a América Latina também são evidentes. Mais difícil é discernir as razões do problema.

Mudanças na estrutura econômica e na competitividade de um país não acontecem da noite para o dia. Mesmo as crises que irrompem ciclicamente têm longo período de gestação e não podem ser superadas rapidamente, ainda que as atitudes corretivas apontem na direção certa. A perda de competitividade da indústria brasileira não foi causada por um único fator nem decorre de medidas econômicas recentes. O des-caso governamental por uma ação mais firme na área do desenvolvimento industrial tem raízes na política de *laissez faire* prevalente no discurso governamental dos anos 90. Faz tempo que diversas associações industriais e institutos de pesquisa econômica alertam para a deterioração crescente da competitividade brasileira, criticam a política cambial frouxa que valorizou excessivamente nossa moeda e a política de juros altos que alimenta a especulação em detrimento do investimento produtivo, e clamam pela reconstrução de nossa infraestrutura marginalizada com a adoção da filosofia do Estado mínimo. Não é razoável esperar que a recente – e ainda magra – desvalorização do Real em virtude da mudança de postura na política cambial tenha o condão de, por si só e em pouco tempo, reverter a fragilidade provocada por uma década inteira de políticas econômicas danosas à indústria. É preciso revalorizar uma política industrial de amplo espectro, sustentada ao longo do tempo, para que se crie uma nova articulação entre os setores público e privado com vistas à recuperação de uma posição competitiva mais satisfatória para o País.

▶ CÂMBIO NA OMC ESTADÃO, 28/08/12

Desgovernança

Excelente artigo de Vera Thorstensen, especialista em Comércio Internacional e professora da EESP-FGV, defende que o Brasil tem todo direito de levantar na

PAINEL DO ASSOCIADO

► ITF CHEMICAL, SUPERA FARMA E SANOBIOIOL

NOVOS SÓCIOS

A ITF Chemical, a Supera Farma e o Laboratório Sanobiol são os mais novos associados da ABIFINA.

A ITF Chemical, sediada no Polo Petroquímico de Camaçari, é uma empresa produtora de farmoquímicos de capital italiano, do Grupo Chemi e Italfarmaco SPA. Tem Certificação de Boas Práticas de Fabricação pela Anvisa e pela agência americana para controle de drogas e alimentos (FDA, na sigla em inglês).

A Supera Farma Laboratórios S.A. é uma empresa criada conjuntamente pela Eurofarma e a Cristália com foco na promoção e comercialização de medicamentos já estabelecidos e referenciais ou inovadores.

O Laboratório Sanobiol, com unidade fabril em Pouso Alegre, Minas Gerais, é uma indústria farmacêutica do segmento hospitalar que atua com três linhas de produ-

tos: farmacêutica, hospitalar descartável e hemodiálise.

Nossos votos de boas-vindas às novas associadas.

► CYG BIOTECH

FARMOQUÍMICA DE PONTA

A CYG Biotech, nova indústria farmoquímica brasileira, localizada em Indaiatuba, interior de São Paulo, está focando sua estratégia no fornecimento de moléculas prioritárias para o Sistema Único de Saúde. Nessa linha, a empresa também prevê a produção de moléculas intermediárias, contribuindo para verticalizar a cadeia produtiva de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) no Brasil.

A empresa conta com laboratório e planta-piloto para o desenvolvimento de moléculas novas para o mercado, além de uma área farmacêutica classificada para o acabamento final. Com essa infraestr-

tura, a CYG Biotech pretende estar, dentro de dois anos, entre as maiores farmoquímicas do País.

O esforço já está sendo reconhecido. Em visita à fábrica da CYG Biotech, em julho, Zych Moysés e Kellen Santos Rezende, do Ministério da Saúde, expressaram que os investimentos da empresa prestigiam os objetivos do Plano Brasil Maior.

► GRUPO SIMÕES

ALIMENTAÇÃO INOVADORA

O laboratório ProvetS, divisão veterinária do grupo Simões, acaba de lançar uma linha voltada para suplementação funcional, saúde e bem-estar de cães e gatos. A Pet-Nutre reúne 20 produtos exclusivos, de acordo com cada fase da vida dos animais. Todos são palatáveis e têm formulações ajustadas às necessidades específicas dos pets. Na prática, garantem boa saúde em condições

como obesidade, gestação e amamentação, idade avançada e outras.

A linha PetNutre para gatos é a mais completa do mercado, sendo a única totalmente em pasta, considerada a melhor forma farmacêutica para administração. Já para os cães, os produtos são em tabletes palatáveis em formato de ossinhos. Todas as matérias-primas são certificadas.

Para facilitar a prescrição por médicos veterinários, toda a linha possui a mesma posologia. Além dos 20 produtos iniciais da PetNutre, a ProvetS está desenvolvendo novas fórmulas exclusivas para ampliar o portfólio.

▶ CRISTÁLIA

MEDICAMENTOS BIOTECNOLÓGICOS

A biotecnologia é a bola da vez para os investidores interessados na área farmacêutica. O laboratório Cristália, que iniciou logo em 2006 uma planta para pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia e é a empresa privada pioneira nessa área no Brasil, investiu cerca de R\$ 100 milhões em ampliações e pesquisa. E deve aplicar três vezes mais nos próximos anos.

▶ ACHÉ

MAIS SAÚDE NA REDE

O laboratório Aché fez parceria com o maior site de informações sobre medicamentos do País, o Consulta Remédios, que mantém o blog Minuto Saudável. Nele, foram postados vídeos bem humorados sobre como manter a flora intestinal saudável. Com cerca de 1 minuto cada, eles ressaltam a importância de se ingerir probióticos para evitar a disbiose – proliferação excessiva de bactérias más no intestino. Para auxiliar nesse equilíbrio, o Aché tem o alimento funcional Prolive, cápsulas com a tecnologia Lipcaps, que podem ser ingeridas diariamente.

MOLÉCULA BRASILEIRA INÉDITA

Em agosto, o Aché lançou o Aris-

tab, primeiro similar da molécula aripiprazol do mercado brasileiro, indicada no tratamento de esquizofrenia e transtorno bipolar, um medicamento da classe dos antipsicóticos. Com alta eficácia e redução dos efeitos colaterais, o Aristab possui ainda preço mais acessível.

▶ BIOLAB

CONTRA A HIPERTENSÃO

A Biolab Farmacêutica, líder em prescrição médica na área de cardiologia, apresentou à comunidade médica, em setembro, seu último lançamento. O anti-hipertensivo Novanlo reduz a pressão sanguínea dos hipertensos, com o diferencial de provocar baixa incidência de edema no tornozelo, o que é comum com medicamentos similares. Tal benefício se deve à tecnologia da quiralidade, uma plataforma que purifica a molécula, tornando possível a ocorrência apenas dos efeitos benéficos do produto. A novidade foi mostrada em Recife, no 67º Congresso Brasileiro de Cardiologia, um dos eventos mais conceituados da área.

▶ FARMANGUINHOS

ANTIBIÓTICO NACIONAL

O lote inicial do antibiótico Amoxil BD 875 mg já está sendo distribuído por Farmanguinhos/Fiocruz. Resultado de uma parceria entre a Fiocruz e a farmacêutica britânica GlaxoSmithKline, o acordo envolveu transferência de tecnologia, adequação da linha de produção e capacitação. Com isso, o laboratório brasileiro agora é capaz de fabricar até 900 mil comprimidos por mês.

▶ OUROFINO

PLANTANDO PARA COMPARTILHAR

O projeto Nossa Horta, um dos benefícios oferecidos aos colaboradores da Ourofino Agronegócio, distribui semanalmente sacolas ecológicas com variedades de produtos da horta da companhia. A iniciativa

chega agora à unidade Agrociência, em Uberaba (MG).

A Nossa Horta possui uma área de 10 mil metros quadrados, onde são produzidas 30 variedades de legumes, frutas e verduras. O projeto distribui gratuitamente 25 toneladas de alimento por mês, incluindo entidades beneficentes e a unidade da Ourofino em Cravinhos (SP).

▶ IVB

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

O Instituto Vital Brazil entregou 12 milhões de cápsulas de rivastigmina, medicamento usado no tratamento do Mal de Alzheimer, ao Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje, a demanda do SUS é de 25 milhões de cápsulas.

Desde junho, o Ministério pode atender aos usuários do sistema com menores custos, sem necessidade de comprar a rivastigmina de empresas particulares. Isso devido à parceria com o laboratório farmacêutico Laborvida e a participação da EMS, além das indústrias farmoquímicas Globe e Nortec. Com isso, o Vital Brazil se tornou o único laboratório oficial responsável pela produção da substância.

O objetivo do Governo com a parceria é integrar os setores públicos e privados, estimulando a fabricação de medicamentos no Brasil e, assim, fortalecer o campo da saúde.

▶ EMS

MELHORES DOS MAIORES

A Associação Comercial de São Paulo e o jornal Diário do Comércio divulgaram as 19 empresas vencedoras do Prêmio Melhores dos Maiores de 2012. A EMS foi premiada como a empresa do ano, com seu desempenho avaliado a partir de indicadores que expressam tanto a capacidade de geração de lucro, como a de crescimento. Os premiados foram indicados após um trabalho de análise de cerca de 11 mil empresas. 



ABIFINA EM AÇÃO



PARTICIPAÇÃO DE PESO NO 6º ENIFARMED

Dirigentes, gerentes e associados da ABIFINA participaram do 6º Encontro Nacional de Inovação em Fármacos e Medicamentos (6º ENIFarMed), realizado em São Paulo nos dias 28 e 29 de agosto, disseminando a visão da entidade em temas sensíveis para o desenvolvimento do setor.

No painel “Biofármacos como janela de oportunidades”, Pedro Palmeira, do BNDES, destacou a coragem da indústria em responder ao desafio lançado pelo banco com a criação de duas grandes empresas de produtos biológicos: BioNovis (da união de Aché, EMS, Hypermecas e

União Química) e Orygem (Biolab, Cristália, Eurofarma e Libbs). Odnir Finotti, da BioNovis, acrescentou que a nova companhia está se preparando para superar dificuldades como a carência de mão de obra especializada para o desenvolvimento da biotecnologia.

Outro tema em destaque foram as “Estratégias para incentivo da produção de fármacos no Brasil”, painel que contou com a apresentação de Núbia Boechat, de Farmanguinhos. Marcus Soalheiro, da Nortec, foi um dos debatedores e falou sobre a longa parceria existente entre a empresa e a Fiocruz.

Já Mirta Levis, ex-diretora executiva da Associação Latino-Americana de Indústrias Farmacêuticas (Alifar), participou da plenária internacional “Desenvolvimento do mercado farmacêutico na América Latina”, mostrando o panorama da situação atual do sistema de patentes na região e o desafio de se buscar o equilíbrio entre o patenteamento de produtos farmacêuticos e o acesso à saúde.

A última sessão foi sobre o tema “Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs): modelos de sucesso e principais dificuldades”. O diretor-presidente do Cristália e também presidente da ABIFINA, Ogari Pacheco, defendeu a implementação das PDPs como forma do Governo criar mercado para as indústrias farmoquímicas instaladas no País. A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, participou dos dois dias do evento.

MP DA BIODIVERSIDADE

A biodiversidade brasileira e os entraves decorrentes da legislação de acesso ao patrimônio genético - Medida Provisória (MP) 2.186-16/01 - também estiveram em foco no 6º ENIFarMed. A mesa analisou o tema apresentando um histórico da legislação através da experiência de Celeste Emerick, da Fiocruz.

Ana Claudia Oliveira, gerente de Biodiversidade e Propriedade Intelectual da ABIFINA, apresentou os entraves para a pesquisa e desenvolvimento de produtos derivados da biodiversidade nacional e as propostas da ABIFINA, junto com outras entidades do setor, para a revisão da MP. As recomendações foram consolidadas a partir das reuniões do Comitê de

Biodiversidade da ABIFINA, que também analisou casos da ação Operações Novos Rumos II do Ibama, documentos sobre a RDC 14/2010 e o guia para o registro de fitoterápicos.



O tema biodiversidade voltou à agenda da ABIFINA no fim de agosto, quando a entidade se reuniu com o Ministério do Meio Ambiente para dar início ao processo de construção de um novo regime jurídico para a área. Também participaram do debate a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins (Abipla), Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac) e Grupo FarmaBrasil. A ABIFINA foi representada por sua diretora de Biodiversidade, Vânia Rudge.

PORTFÓLIO DE PRODUTOS

ABIFINA, Grupo FarmaBrasil e Alanac estão trabalhando em uma proposta conjunta, a ser apresentada para a Anvisa, sobre a perda de portfólio de produtos. Esta é regulada pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 134/2003 - que dispõe sobre a adequação dos medicamentos já registrados - e pela Instrução Normativa (IN) 10/2010 - que trata da renovação simplificada do registro de produtos de uso consagrado. As entidades reconhecem a necessidade urgente de solução do problema.

ESTUDO DE LOGÍSTICA REVERSA PARA MEDICAMENTOS

A 7ª Reunião do Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Medicamentos avaliou, no dia 19 de setembro, o estudo preliminar de viabilidade técnico-econômica para a implantação da logística reversa de medicamentos pós-consumo, elaborado pelo Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia da Unicamp, por solicitação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O programa descarte adequado para medicamentos integra a agenda regulatória da Anvisa desde 2008, tornando-se um tema estratégico a partir de 2010, quando se deu a promulgação da Lei nº 12.305 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010. A implementação de um acordo setorial para a logística reversa da cadeia de medicamentos deverá envolver a indústria farmacêutica, a cadeia de distribuição de medicamentos, os estabelecimentos comerciais (farmácias e drogarias), bem como o governo. A ABIFINA foi representada na ocasião por sua gerente técnica, Diva Arrepia.

REUNIÃO DA ANVISA SOBRE PDP

Em reunião da Anvisa, em 13 de setembro, a Diretoria Colegiada (Dicol) aprovou a RDC nº 50. Ela trata do registro de produtos em processo de desenvolvimento ou de transferência de tecnologias por meio de parcerias público-público ou público-privado que sejam de interesse do SUS. Odilon Costa, diretor de Relações Institucionais do Cristália e da ABIFINA, e Lélío Maçaira, vice-presidente da entidade, estiveram presentes.

Os produtos em desenvolvimento devem ter o aval do Ministério da Saúde e serão acompanhados pela Anvisa. A ação deverá alavancar as indústrias farmoquímica e farmacêutica brasileiras e diminuir a vulnerabilidade do SUS em relação à dependência externa. A resolução aprovada pela Anvisa se insere nas propostas do Programa Brasil Maior e está fundamentada na política industrial brasileira. Além disso, permite a economia de cerca de 25% no valor que hoje o Brasil importa para o setor de saúde.

O diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, relator da matéria, disse que “essa ação é de alta relevância para a saúde pública e para o desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde”. Barbano salientou que o registro concedido na fase preliminar de desenvolvimento do produto não autoriza o fabricante a comercializá-lo, nem que seja consumido.

Representantes das empresas Bionovis e Grupo FarmaBrasil, presentes na reunião, informaram que suas associadas têm condições de colocar no mercado um novo produto, ou transferir tecnologia, entre 18 e 36 meses.

REGISTRO DE BIOLÓGICOS EM ANÁLISE

Em julho, ABIFINA, Alanac e FarmaBrasil promoveram uma reunião técnica, em São Paulo, para analisar as Consultas Públicas 41 e 42, da Anvisa. Elas tratam, respectivamente, de alterações pós-registro de produtos biológicos e da realização de estudos de estabilidade para registro ou alterações pós-registro desses produtos. As alterações protocoladas pelas entidades no dia 1º de agosto foram resultado de análise técnica e estratégica para o desenvolvimento da produção nacional.

BPF PARA EXCIPIENTES

A ABIFINA e a Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi) enviaram, no início de agosto, documento à Anvisa com a posição do setor farmoquímico sobre a Consulta Pública (CP) nº 31/12, referente às Boas Práticas de Fabricação de Excipientes Farmacêuticos (BPF). No ofício encaminhado ao diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano, as entidades reiteraram o pedido feito anteriormente de prorrogação da CP por 30 dias, além de registrarem a preocupação com a possível falta de isonomia entre o produto fabricado no País e o importado. A ABIFINA recebeu, no dia 14 de agosto, a coordenadora de Inspeção de Insumos Farmacêuticos (Coins), Thaís Araújo, e a técnica Rosimeire da Cruz para debater o tema.

INOVAÇÃO EM SAÚDE

Os vice-presidentes da ABIFINA Nelson Brasil e Nicolau Lages participaram de reunião do Conselho Empresarial de Tecnologia do Sistema Firjan, no dia 15 de agosto. A reunião contou com a presença do vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, Jorge Antonio Zepeda Bermudez, que apresentou o tema “Produção, inovação e parcerias no campo da saúde: novas fronteiras para a Fiocruz”.

PDPs NO COMITÊ FARMO

Foi realizada na ABIFINA, em julho, a reunião mensal do comitê Farmo. Representantes de empresas associadas dos setores farmoquímico e farmacêutico receberam informações atualizadas sobre as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs). A apresentação foi realizada pelo então diretor do Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde (DECIIS) da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde, Zich Moysés Júnior.

PROJETOS PARA A NOVA EMBRAPII

O Conselho Empresarial de Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) realizou reunião para debater os objetivos da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). A instituição terá o papel de estimular a realização de parcerias públicas com o empresariado nacional na área da inovação tecnológica. A Embrapii cobrirá as áreas de petróleo/petroquímica, energia renovável, química verde, saúde e defesa nacional. Os interessados já podem apresentar seus projetos específicos aos órgãos operacionais da Embrapii (INT, IPT e Senai/Simantec). A ABIFINA, através de seus vice-presidentes Nelson Brasil e Nicolau Lages, participou da reunião.

USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

De 12 a 15 de agosto, no Centro de Convenções da Bahia, em Salvador, aconteceu o IV Congresso Brasileiro sobre Uso Racional de Medicamentos. Realizado pelo Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde, em parceria com a Anvisa, o evento promoveu discussões e capacitou os participantes. “Esta é a contrapartida de uma política para garantir o acesso universal aos produtos da saúde”, declarou o secretário da SCTIE do ministério da Saúde, Carlos Gadelha. O diretor de Relações Institucionais da ABIFINA, Odilon Costa, participou do evento.



MEDIDA CAUTELAR DO IBAMA

A Medida Cautelar do Ibama que restringe a aplicação aérea dos defensivos agrícolas Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina e Fipronil esteve na pauta do setor em setembro. Representada pela gerente técnica Diva Arrepia, a ABIFINA se juntou à Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e ao Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag) no debate sobre o cumprimento das exigências.

WORKSHOP DE QUÍMICA APLICADA

O Sistema Firjan realizou no dia 9 de agosto workshop para a criação do Instituto Senai de Inovação da Química Aplicada. O evento teve como objetivo levantar as necessidades da indústria na pesquisa aplicada em química, em recursos humanos e em infraestrutura laboratorial. Algumas das áreas de atuação propostas para a nova instituição foram química verde como matriz de competitividade, produtos gerados por biotecnologia e biologia sintética como fonte de matérias-primas industriais, fotoquímica e gestão de inovação. A ABIFINA foi representada por seu vice-presidente Lélío Maçaira e por Sergio Castro, da empresa associada Laborvida.

INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA

A gerente de Biodiversidade e Propriedade Intelectual da ABIFINA, Ana Claudia Oliveira, apresentou a palestra “Uso estratégico da informação tecnológica” no Workshop de Avaliação da Rede Cooperativa de Medicamentos e Bioinseticidas (PDTIS). Realizado pela Vice-Presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência do Ministério da Saúde entre os dias 14 e 16 de agosto, o evento teve como objetivo apresentar e avaliar os projetos pertencentes à rede.



ANÁLISE DA POLÍTICA INDUSTRIAL

A execução e a gestão do Plano Brasil Maior foram avaliadas por líderes empresariais durante o Fórum Nacional da Indústria, reunido em julho pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A ABIFINA – na ocasião representada por Elias Andraus, diretor Farma do laboratório Cristália – é uma das 44 entidades setoriais que participam do Fórum, criado em 2005 para avaliar os cenários político e econômico brasileiros no intuito de sugerir ações.

Em 6 de agosto, em Brasília, nova reunião da CNI, coordenada por João Emílio Gonçalves, voltou a analisar os resultados da política industrial. As críticas e sugestões do setor privado foram levadas ao Governo, por meio do Ministério da Saúde/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE).

Com relação à necessidade de especialização de mão de obra para a inovação e a biotecnologia, o Ministério afirmou que precisa de um mapeamento detalhado das necessidades. A CNI vai elaborar o documento para a próxima rodada de conversações. A ABIFINA foi representada na última reunião por seu diretor de Relações Institucionais, Odilon Costa.

PÓS-REGISTRO DE IFAS

A Anvisa realizou, no dia 23 de agosto, no campus da Fiocruz, no Rio de Janeiro, reunião com os setores farmoquímico e farmacêutico para discutir proposta de regulamento técnico sobre pós-registro de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs). A sugestão foi elaborada pelo Grupo de Trabalho composto por técnicos da Anvisa e da Fiocruz, criado por portaria do Ministério da Saúde em março de 2012.

No encontro, a Anvisa antecipou as discussões junto ao setor privado para chegar a uma proposta de Consulta Pública mais harmoniosa que contemple temas já consensuados. A ABIFINA e a Alanac trabalham no assunto para encaminhar o posicionamento do setor. A ABIFINA foi representada na reunião por sua gerente técnica, Diva Arrepiá.

REUNIÕES DA CÂMARA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

A 61ª e a 62ª Reuniões Ordinárias da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA) ocorreram, respectivamente, nos dias 27 de junho e 20 de agosto. “Inovação e tecnologia na agricultura brasileira”, com foco nas dificuldades das empresas para a obtenção de novos registros foi um dos temas de destaque apresentados na primeira reunião. Já o tema “Conferência Rio+20”, evento no qual o setor agrícola teve participação expressiva, foi muito abordado na reunião do dia 20 de agosto.

Dados da conjuntura econômica dos setores de fertilizantes, de rações animais, de defensivos animais e de defensivos agrícolas também foram divulgados, como usualmente é feito, nessas reuniões. A gerente técnica, Diva Arrepiá, representou a ABIFINA nesses encontros.

REUNIÕES DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ABIFINA

Antonio Cesar Silva Mallet, que assumiu recentemente a Gerência Geral de Medicamentos (GGMED) da Anvisa, participou da reunião do Conselho Administrativo da ABIFINA, em agosto. Acompanhado por Norberto Rech, assessor da presidência da Anvisa, ele se mostrou aberto às propostas das empresas associadas quanto a temas relativos ao órgão, tratados na reunião de junho.

Em meados de setembro, a ABIFINA realizou nova reunião do Conselho. Carlos Gadelha, secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, abordou as parcerias para o desenvolvimento produtivo do Complexo Industrial da Saúde.





DATA PROTECTION E PROPRIEDADE INTELECTUAL

O Comitê de Propriedade Intelectual da ABIFINA discutiu, no dia 20 de agosto, a consulta pública sobre as diretrizes para exame do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Na reunião anterior, em julho, o cônsul dos Estados Unidos na área de Propriedade Intelectual para a América Latina, Albert Keyack, ministrou palestra sobre patenteabilidade de produtos e processos biotecnológicos na visão do Escritório Norte-Americano de Propriedade Intelectual (USPTO). No mesmo mês, o Grupo de Apoio Jurídico (GAJ) apresentou o relatório das atividades do período.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUTE PATENTES PIPELINE

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, em julho, a ABIFINA se manifestou contrariamente ao Projeto de Lei 3.709/2008, que limita a participação da Anvisa apenas aos processos de concessão de patentes *pipeline*. A autoria é do deputado federal Rafael Guerra. A Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), a Anvisa, o Ministério Público Federal, o desembargador André Fontes, a juíza federal Marcia Nunes e o advogado Pedro Barbosa também se posicionaram contra a proposta.

O vice-presidente de Planejamento da ABIFINA, Marcos Oliveira, defendeu que o mandato legal conferido à Anvisa para analisar patentes farmacêuticas está de acordo com a Constituição brasileira e os acordos internacionais sobre propriedade intelectual dos quais o Brasil é signatário. A favor do projeto se pronunciaram os representantes da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (Abapi) e da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI).

INOVAÇÃO EM PAUTA

A ABIFINA realizou, em 24 de agosto, reunião técnica para debater propriedade industrial e dados proprietários, e o projeto de lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que tramita na Câmara de Deputados. O primeiro tema foi apresentado pelo advogado Denis Borges Barbosa, com comentários coordenados por Marcos Oliveira, vice-presidente da ABIFINA. A segunda pauta foi tratada pela análise crítica de Roberto Nicolsky, gerente-geral da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec).

REUNIÃO DO SETOR DE FITOTERÁPICOS

Entidades do setor de fitoterápicos se reuniram em julho para formular propostas quanto à RDC 14/2010 e encaminhá-las para a Anvisa. Participaram do encontro ABIFINA – por meio de sua gerente de Biodiversidade, Ana Claudia Oliveira -, Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde (Abifisa), Associação Médica Brasileira de Fitomedicina (Sobrafito) e Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

PROGRAMA DE OFICINAS DA ABIFINA

A gerente de Biodiversidade e Propriedade Intelectual da ABIFINA, Ana Claudia Oliveira, ministrou oficinas da entidade com base em seu doutorado empresarial na UFRJ. Em julho, foram realizadas as oficinas de “Gestão de projetos” e de “Propriedade intelectual da biotecnologia”. Em agosto, foi a vez do tema “Valoração de tecnologias”, seguido, em setembro, dos cursos “Captação de recursos, editais e elaboração de projetos” e “Propriedade intelectual na indústria farmacêutica”. Estiveram presentes representantes da Marinha do Brasil, do Comando de Material dos Fuzileiros Navais, do Ministério da Saúde, do Instituto Nacional do Câncer (Inca), da União dos Escoteiros do Brasil (UEB), da Fundação Fiotec, das Universidades Ufop, UERJ e UFRJ, da Protec, do Instituto Vital Brazil (IVB), Bio-Manguinhos, Fiocruz, e das empresas Cristália, EMS, Fábrica Carioca de Catalisadores (FCC) e Ourofino.

Confiança é algo que se conquista com o tempo

Empresa ganhadora do Prêmio
Sindusfarma de qualidade 2012

Blanver, desde a década de 1970 parceira da indústria farmacêutica brasileira



Serviços de Terceirização

- Laboratório Farmacotécnico
- Compressão
- Revestimento
- Encapsulamento
- Área de Produtos Especiais
- Efervescentes
- Ativos Coloridos
- Produtos Controlados (Port. 344)
- Embalagem Primária / Secundária
- Micronização

Excipientes

- Microcel (Celulose Microcristalina)
- Tabulose SC (Celulose Microcristalina + Carboximetilcelulose Sódica)
- Solutab (Croscarmelose Sódica)
- Explosol (Glicolato de Amido Sódico)
- Sorb Cel (Base Efervescente)

Unidade de Terceirização
Taboão da Serra – SP | (55 11) 4138-8200

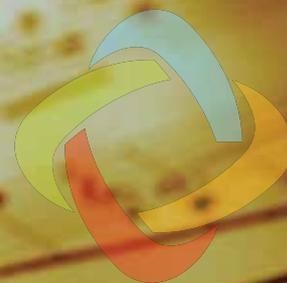
Unidade Farmoquímica
Itapevi - SP | (55 11) 4144-9400

Distribuidor Exclusivo

Colorcon

BLANVER

www.blanver.com.br



SEM BEETHOVEN, EXISTIRIA A QUINTA SINFONIA?

Para uma grande ideia se tornar um sucesso são precisos músicos, maestro e, principalmente, compositor. A **Biolab** é como uma orquestra afinada esperando por grandes composições, ideias que levem mais qualidade de vida às pessoas.

Inovar em saúde sempre foi um grande desafio e é por isso que a **Biolab** investe 10% do seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento. Somos hoje referência em inovação farmacêutica.

**Pesquisador, envie seu projeto para a Segunda Chamada FAPESP - Biolab.
De 01 de agosto a 05 de novembro de 2012.**

Acesse www.biolabfarma.com.br/pesquisador e saiba mais.

Venha compor esta equipe e ver suas ideias tocando o futuro.

Fotografe o código
e acesse a página
da Chamada Pública
FAPESP - Biolab



BIOLAB  INOVAÇÃO AO
ALCANCE DE TODOS
Pesquisa • Desenvolvimento • Inovação • Aprendizado

www.biolabfarma.com.br